



JEFERSON DANIEL DA MOTA GUERRA

O DISCURSO DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA REALIDADE BRASILEIRA
uma leitura psicanalítica acerca da relação entre sujeito e ciência na
contemporaneidade

Brasília

2021

JEFERSON DANIEL DA MOTA GUERRA

**O DISCURSO DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA REALIDADE BRASILEIRA
uma leitura psicanalítica acerca da relação entre sujeito e ciência na
contemporaneidade**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – CEUB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Professor Orientador: Dr. Juliano Moreira Lagoas

Brasília

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Juliano Lagoas, pelo apoio e pelos momentos de discussões e provocações acadêmicas.

À minha mãe, Dágma, pela segurança e pelo amparo de sempre.

À minha avó, Glória, pela sinceridade de seu acolhimento.

Ao meu pai, Marcos, e às minhas irmãs, Anna Clara e Harrisandra.

À Letícia, pelo companheirismo e disponibilidade de me acolher nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Aos amigos e colegas de formação, vocês deixaram marcas em minha trajetória pessoal e acadêmica.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo investigar o discurso do negacionismo científico na realidade brasileira contemporânea. Buscou-se compreender a relação do sujeito do inconsciente com a ciência e a realidade em um contexto marcado pela negação da ciência, observando as implicações subjetivas do discurso negacionista. Para a realização do trabalho foi utilizada a Análise do Discurso em articulação com o referencial teórico da Psicanálise, tomando como eixo central a relação do sujeito com a realidade a partir da concepção psicanalítica do desejo, as contribuições da *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (FREUD, 1921/2011) para a investigação dos afetos envolvidos no movimento político que reverbera o discurso negacionista, bem como o conceito de supereu para compreensão dos modos de satisfação presentes na negação da ciência. O material de análise foi selecionado a partir de publicações de documentos de domínio público disponíveis na internet e foi composto pelos seguintes tipos de texto: notícias e reportagens publicadas por meios de comunicação tradicional (revistas e portais de notícias); publicações de agentes políticos em redes sociais e documentos de campanha. Ao longo do trabalho foi possível articular o conceito de pós-verdade apresentado por Dunker (2017) ao discurso negacionista, observando as implicações subjetivas ali presentes; analisar como o papel de liderança do atual presidente da República influi na concepção de Ideal do Eu, e, conseqüentemente, a forma com que o negacionismo repercute nos indivíduos da massa; compreender a negação da ciência como negação da própria realidade, e, dessa maneira, pensar a negação da ciência como uma espécie de regressão do sujeito ao Eu-de-prazer.

Palavras-chaves: Psicanálise. Negacionismo científico. Realidade. Ciência. Sujeito. Discurso negacionista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1.1 Metodologia.....	10
1.2 Procedimentos de construção do material.....	12
1.3 Procedimentos de análise.....	13
CAPÍTULO I	
A CIÊNCIA MODERNA E SEUS ANTAGONISMOS	14
1.1 Princípios constituintes da ciência moderna.....	14
1.2 A amplitude da contraposição à ciência: o que justifica a sua negação?.....	17
1.3 As implicações psicossociais do saber científico.....	24
1.4 O negacionismo brasileiro contemporâneo.....	27
CAPÍTULO II	
A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E REALIDADE	35
2.1 O sujeito a que se refere a psicanálise.....	41
2.2 O sujeito em meio ao discurso político.....	42
CAPÍTULO III	
OS DISCURSOS DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	47
3.1 O discurso negacionista e as marcas da pós-verdade.....	47
3.2 Liberdade de expressão e negacionismo científico.....	51
3.3 A liberdade de expressão do sujeito: o supereu repressivo e imperativo do gozo.....	54
3.4 As massas e o negacionismo científico: o vínculo afetivo por trás do movimento de negação à ciência.....	58
3.5 O que está sendo negado pelo discurso negacionista?.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

No dia 14 de julho de 2019, o site do jornal Folha de São Paulo publicou a seguinte notícia: "7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa" (GARCIA, 2020). A publicação apresenta dados coletados pelo instituto Datafolha daquele mesmo mês, cujos resultados indicaram que cerca de 11 milhões de brasileiros acreditam que o formato do planeta Terra é plano. Os recortes dessa pesquisa revelam indicadores interessantes; entre aqueles que desacreditam no planeta esférico, pode-se observar que, em termos de proporção, a maior parte desse público é composta por pessoas com mais de 60 anos, com menor índice de escolarização e que se declaram cristãs.

É importante destacar que o movimento que desacredita o planeta esférico é apenas um caso particular entre muitas ideias e movimentos que se dedicam a contrapor leis e teorias científicas. Silva (2010) se propôs a estudar o fenômeno das teorias de conspiração no contexto português. Em seu trabalho, a autora argumenta que, apesar de figurarem com pouca frequência em mídias tradicionais, as teorias de conspiração estão muito presentes em ambientes virtuais. Como exemplo, a autora menciona o caso da ida do homem à lua e ideias que problematizam fatos históricos, como o caso do atentado às torres gêmeas em 2001 e a morte da princesa Diana em 1997.

A elaboração e a aplicação de vacinas, uma das grandes conquistas da ciência médica e das políticas de promoção de saúde, ainda que comprovadamente tenham apresentado resultados valiosos na prevenção de inúmeras doenças, historicamente enfrentam resistências que, em muitos dos casos, são geradas por desinformação em larga escala. Destaca-se o caso das campanhas de imunização responsáveis pela aplicação da vacina tríplice viral – destinada à imunização do sarampo, da caxumba e da rubéola –, associada por determinados indivíduos ou grupos como um possível agente causador ou responsável pelo aumento da possibilidade do desenvolvimento de autismo (VASCONCELLOS-SILVA *et al* 2015).

Seguindo a lógica da crença de determinados setores da sociedade em teorias de conspiração ou a constante problematização de conhecimentos científicos – já pacificados pela comunidade científica –, outro fenômeno contemporâneo, popularmente conhecido como *fake news* (notícias falsas), tornou-se rapidamente centro de discussões no campo da comunicação social, do jornalismo, e, conseqüentemente, do conhecimento acadêmico.

Segundo Ribeiro e Ortellado (2018), o termo *fake news*, ainda que já fosse utilizado anteriormente, popularizou-se no contexto das eleições presidenciais norte-americanas de 2016. De acordo com os autores, não há consenso acerca de sua definição, uma vez que diferentes

concepções são apresentadas na literatura. Como exemplo dessa variedade conceitual, são citadas as que levam em consideração a intencionalidade da propagação de notícias falsas, bem como aqueles que se preocupam em defini-las a partir do grau de veracidade da informação. Para Ribeiro e Ortellado (2018), quando analisamos sites propagadores de notícias falsas, podemos observar que o que realmente os caracteriza é aquilo que os autores afirmam se tratar de produção de “informação de combate” (p. 73):

Essa informação de combate pode ser apenas um recorte conveniente do noticiário do dia, uma notícia com uma manchete sensacionalista, um fato retirado do seu contexto, um exagero ou uma especulação apresentada como fato – ocasionalmente, pode até mesmo ser uma mentira. Vários destes procedimentos distorcivos não são exclusivos dos chamados “sites de notícias falsas” e têm sido empregados também pela grande imprensa. (RIBEIRO e ORTELLADO, 2018, p. 73)

Voltando ao cenário brasileiro, o campo da política parece unir, em determinados momentos, contribuições de movimentos que negam a ciência, teorias da conspiração e notícias falsas. No contexto de pandemia causada pelo Coronavírus, movimentos políticos brasileiros – muitos deles atrelados aos discursos do atual presidente da República e seus partidários – argumentaram contra a veracidade e o cumprimento de recomendações médicas e sanitárias formuladas por cientistas da área da saúde, que tiveram na Organização Mundial da Saúde (OMS) sua maior representatividade. Houve, inclusive, manifestações em locais públicos que pediram o encerramento de políticas de isolamento social (MARRA, 2020).

A não utilização de fontes jornalísticas, ou mesmo científicas, tornou-se recorrente na realidade política brasileira. Em outro momento, no dia 29 de abril de 2020, o atual presidente da República postou em seu perfil oficial do facebook uma publicação que citava, sem a apresentação de fontes, supostas diretrizes educacionais da OMS (MARTINS, 2020). De acordo com a publicação, a OMS tinha como diretriz, entre outras recomendações, a masturbação na primeira infância e a constatação de sentimentos sexuais nessa mesma etapa de desenvolvimento.

Dessa maneira, temos na contemporaneidade uma série de elementos que nos provocam a pensar como discursos que gozavam de prestígio perante a sociedade, em especial o da ciência, foram colocados em uma posição de desconfiança, enfrentamento e depreciação. No mundo acadêmico, no esforço de compreender essa nova configuração social, o conceito de pós-verdade tornou-se objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento.

A partir de diferentes perspectivas teóricas, pesquisadores se esforçam na tentativa de compreender a pós-verdade, especialmente no contexto da contemporaneidade, em que a verdade parece estar liberada da exigência de correspondência com os fatos, ou seja, de

construir representações objetivas da realidade. Guareschi (2018) nos oferece relevante contribuição para compreendermos o conceito de pós-verdade a partir do referencial teórico da psicologia. Para o autor, devemos partir do princípio de que a relação do sujeito com a realidade não se dá apenas por mecanismos cognitivos e lógicos, uma vez que “valores, crenças, motivações” (p.23) são elementos que também constituem a relação com o real. A pós-verdade, desse modo, “[...] assumiu a verdade como crença; ela seria a verdade do fenômeno da Pós-verdade” (p.24).

Importante destacar o contraste identificado entre o fenômeno da pós-verdade e os valores modernos da razão. A valorização do conhecimento objetivo, racional e científico da modernidade parece ter exercido importante influência para o enfraquecimento e para a deslegitimação de tudo aquilo que não se configura entre os princípios da razão, como é o caso das crenças e das demais formas de conhecimento de origem não científica (GUARESCHI, 2018, p.24):

Para a modernidade só existia o matemático e o racional. Os filósofos do Iluminismo, no afã de dar conta e legitimar sua fé – pois ninguém consegue suprimir essa dimensão humana -, instituíram um novo deus, a Deusa Razão [...]. Foi a responsável pelo fim das grandes narrativas, sem se dar conta de que ela própria se transformou também em uma narrativa. E essa narrativa da modernidade também está se diluindo.

Dunker (2018) atribui à pós-verdade uma tendência de retorno a determinados princípios anteriores à modernidade. Em suas palavras, a pós-verdade possibilita “uma verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito” (p.9). Tal afirmativa se baseia na concepção de que, na pós-verdade, há uma espécie de deterioração ou esvaziamento do sujeito resultante da operação cartesiana da dúvida. Segundo o autor, a elevação do sujeito cartesiano – constituído de razão – se deu a partir da renúncia da “relatividade cultural, histórica e epocal da subjetividade” (p.5), cujo efeito foi a desconsideração de tudo aquilo que, apesar de estruturar a subjetividade, não se resume à racionalidade, em especial “o sonho e a loucura” (p. 5), temáticas que foram rememoradas e ressignificadas pela psicanálise.

A emersão de discursos e de movimentos na contemporaneidade brasileira que se propõem a relativizar ou mesmo deslegitimar o conhecimento científico, ao deixarem o subúrbio de redes sociais e blogs e se apresentarem por meio de grupos e de representações políticas, torna o fenômeno da negação da ciência ainda mais provocativo para uma investigação, que neste trabalho teve como foco uma abordagem psicossocial. Percebe-se também que o negacionismo científico coloca o conhecimento acadêmico e seus atores no centro da discussão, os quais são questionados e problematizados no dia a dia do debate público, frequentemente pautado por grupos relacionados à política. Dada essa realidade, faz-se

necessário que a academia tente compreender as causas do irrompimento dessa aversão ao conhecimento científico.

A partir do que foi exposto até aqui, levanta-se os seguintes questionamentos: que tipo de sujeito é produzido pelo discurso do negacionismo científico? De que modo os mecanismos psíquicos operam no tensionamento do sujeito diante da imposição do saber científico? Quais ideologias operam no contexto da negação à ciência, e de que maneira os sujeitos são implicados por elas? Qual o papel exercido pela política no negacionismo científico e quais são suas implicações psicossociais na contemporaneidade?

Dito isso, este trabalho se propôs a investigar os discursos negacionistas na atualidade, procurando compreender, a partir do referencial teórico da psicanálise, a maneira como se estruturam as relações do sujeito com a realidade em um contexto marcado pela negação da ciência. Trata-se de identificar e analisar os processos psíquicos que operam na estruturação da relação sujeito-realidade.

Cabe destacar a importância que a ciência moderna assume no processo de compreensão da concepção de sujeito do inconsciente. Nesse sentido, deve-se atentar para a afirmação de Lacan, que diz que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência” (LACAN, 1965/1998, p. 873). A respeito desse entendimento, Calazans (2006) evidencia que o sujeito a que se refere a psicanálise é “um efeito do sem-sentido de um mundo afetado pela existência da ciência” (p.274). As contribuições de ambos os autores apontam para a relação entre os pressupostos do conhecimento científico e a concepção psicanalítica de sujeito, o que nos leva a questionar as possíveis implicações vivenciadas pelos sujeitos em um contexto marcado pela presença de discursos negacionistas.

Em linhas gerais, espera-se que o referencial teórico da psicanálise, em diálogo com concepções de discurso e de ideologia, possibilite investigar e analisar o contexto brasileiro contemporâneo, tendo como foco o sujeito, sobre o qual a psicanálise, em particular a lacaniana, tem algo a dizer.

Como ponto de partida para o presente trabalho, buscou-se, no capítulo I, a identificação dos pressupostos básicos que norteiam o pensamento científico. Nesse aspecto, destacam-se as leituras de Chinazzo (2013) e Chauí (2000), que orientaram a compreensão acerca da construção lógica do pensamento científico, dos modelos de racionalidade subjacentes às teorias, bem como da evolução do pensamento científico e sua relação com a comunidade científica. Posteriormente, foi apresentada uma série de exemplificações daquilo que se pode entender como negacionismo científico, tendo, na última parte do capítulo, a identificação de práticas negacionistas no contexto brasileiro atual.

Em sequência, no capítulo II, fez-se uma revisão da bibliografia psicanalítica freudiana e lacaniana buscando elementos capazes de fornecer uma melhor compreensão acerca da relação do sujeito com a realidade, dado que o fenômeno da negação da ciência atravessa discussões acerca do problema da verdade, de suas condições de produção, e dos modos por meio dos quais ela é vivenciada pelos sujeitos. Foi possível perceber que, para além de fatores objetivos e lógicos, a experiência do sujeito em sua relação com a realidade tem no desejo o elemento fundante, o qual orienta a sua experiência perante o mundo à sua volta. Também se buscou analisar as considerações psicanalíticas de um sujeito imerso em um movimento social, nesse caso, trata-se do movimento conservador do atual presidente da República. Para tal tarefa, as concepções apresentadas em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (FREUD, 1921/2011) foram de grande relevância.

Por fim, no capítulo III, dedicou-se a articular o referencial teórico da Psicanálise com a Análise de Discurso, com objetivo de investigar o discurso do negacionismo no cenário brasileiro contemporâneo. Tratou-se de compreender as possíveis implicações do negacionismo científico para a relação do sujeito com a realidade, os afetos envolvidos no movimento político que promove o negacionismo científico, bem como as maneiras de acesso ao gozo que são possibilitadas pela negação da ciência.

Antes de iniciarmos as discussões, apresentaremos a metodologia empregada no presente trabalho: a Análise do Discurso em diálogo com a literatura psicanalítica.

1.1 Metodologia

As análises apresentadas neste trabalho foram desenvolvidas de acordo com as estratégias da Análise de Discurso, em articulação com as contribuições teórico-clínicas da Psicanálise. A Análise de Discurso inicia-se a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux no contexto francês da década de 1960, e tem como concepção central o discurso “constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente” (FERREIRA, 2010, p. 18).

O objetivo de Pêcheux era apresentar uma alternativa às ciências sociais, que, em sua visão, ainda não haviam desenvolvido instrumentos científicos próprios, estando dependentes de uma lógica de reprodução instrumental de outras áreas da ciência. Entretanto, ainda que se apossasse de determinado instrumento, a prática científica seria válida se, a partir dos seus pressupostos teóricos, houvesse uma remodelação de tal instrumento. Nesse sentido, o autor utiliza-se das contribuições da linguística estrutural, mas não torna a aplicá-las de maneira irrefletida, ou simplesmente técnica (HENRY, 1969/2014).

De acordo com Henry (1969/2014), ao estabelecer o discurso como conceito alvo de sua investigação, Pêcheux enfatiza que o campo das ciências sociais deve questionar a adoção da linguagem enquanto objeto de análise. O filósofo chega a essa concepção ao evidenciar que a compreensão da linguagem como instrumentalização do processo de comunicação reduz as possibilidades de investigação e de compreensão de aspectos simbólicos, relacionados ao poder, à política, entre outros, que, de alguma forma, influem nos fenômenos abordados pelas ciências sociais. É justamente acerca desses aspectos que opera o conceito de ideologia. (HENRY, 1969/2014).

Pêcheux e Fuchs (1975/2014), em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, destacam a natureza da concepção de ideologia. Para os autores, baseado no diálogo que a análise do discurso estabelece com a literatura marxista, em primeiro lugar deve-se enfatizar a materialidade da ideologia, cuja manifestação se dá essencialmente em dimensão econômica. A ideologia, para Pêcheux e Fuchs (1975/2014, p.162), seria “uma das condições (não econômicas) de reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica”, pois se garantiria a manutenção das relações de classe, caracterizadas – de forma simplificada – por uma dinâmica antagônica de diferentes classes. Nesse ponto, os autores nos apresentam a concepção de sujeito empreendida pela análise do discurso, dada pela ideia de um “sujeito ideológico” (p.162) que ocupa seu espaço no contexto social, sendo “conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade” (p.162). O discurso, então, se apresenta como aquilo que materializa a ideologia, ou seja, se situa entre a dimensão ideológica e a linguística.

Como aponta Ferreira (2010), o diálogo entre a Análise do Discurso e a Psicanálise tem na concepção de sujeito um ponto de relevante convergência, uma vez que ambas tratam de um assujeitamento do sujeito, seja à ideologia, seja à dinâmica do inconsciente. Nesse sentido, para a autora, o sujeito desejante apresentado pela psicanálise se caracteriza pela sua incompletude, concepção que se traduz na noção de falta. De maneira correspondente, o discurso também é dotado de falta, pois, se “fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (FERREIRA, 2010, p. 21).

A Análise do Discurso possibilita às ciências sociais o trabalho de compreensão e interpretação dos discursos, com os quais se relacionam sentidos e sujeitos. Desse modo, aponta Orlandi (2007, p.61), a Análise do Discurso deve “investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia”. Para o autor, nas práticas discursivas, que são objeto

de nossa investigação, não há expressão de “sentidos literais” (p.60), dada a ingerência da ideologia e do inconsciente:

Temos afirmado que não há sentidos “literais” guardados em algum lugar - seja o cérebro ou a língua - e que “aprendemos” a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco - o trabalho da ideologia e do inconsciente - estão largamente presentes. (ORLANDI, 2007, p. 60)

Se a ideologia se expressa por meio do discurso, é na língua que o discurso se materializa. A manifestação da linguagem enquanto texto é o material disponível para o pesquisador, que, no processo de análise, “o remete imediatamente a um discurso que [...], por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica” (ORLANDI, 2007, p. 63). Em outra oportunidade, Orlandi (2002, p. 22) sintetiza aquilo que entende ser a contribuição da Análise do Discurso, nela reside a possibilidade de “[...] ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente”.

No decorrer da Análise do Discurso, uma das maneiras de identificação e interpretação das formações discursivas presentes na língua – e conseqüentemente da ideologia – se dá no interesse pela relação entre o que foi dito e aquilo que não foi dito. Parte do pressuposto de que a dinâmica entre o dizer e o não dizer, a escolha de determinado termo em detrimento de outro, ou mesmo a preferência do silêncio em contraposição ao enunciado, permite ao pesquisador o contato e a interpretação de significações que remetem à materialidade histórica da ideologia presente no discurso (ORLANDI, 2007). Interessante notar as palavras de Debieux (2001, p. 126), ao se referir ao valor do dito e do não dito na clínica e na pesquisa psicanalítica, a autora afirma que “o que não está dito, recoberto pelo já dito, é o que permite movimentar a cadeia significante para produzir novos sentidos”.

1.2 Procedimentos de construção do material

O material analisado foi composto por publicações e documentos de domínio público disponíveis na internet: pronunciamentos de autoridades políticas veiculados em mídias tradicionais (televisão, jornais impressos, rádios) ou por meio de redes sociais online; reportagens de mídia tradicional (televisão, jornais impressos, rádios); documentos oficiais de campanhas políticas.

1.3 Procedimentos de análise

Foram analisados fenômenos sociais, culturais e psicológicos que se relacionam com os discursos de negacionismo científico no contexto brasileiro contemporâneo, em especial no que diz respeito a suas condições de produção, seus determinantes ideológicos, históricos e culturais, e à posição do sujeito nesses discursos. A análise dos discursos negacionistas parece relevante para compreensão das configurações epistêmicas, políticas e ideológicas no interior das quais se organizam as modalidades de subjetivação e de sofrimento psíquico características de nossa época. Dessa forma, procurou-se identificar os processos discursivos presentes nos diferentes textos que compuseram o material analisado, assim como analisar a posição do sujeito frente ao discurso negacionista, tendo como perspectiva teórica as concepções advindas da literatura psicanalítica, a serem apresentadas no capítulo II deste trabalho.

CAPÍTULO I

A CIÊNCIA MODERNA E SEUS ANTAGONISMOS

Hoje, já não estamos mais vivendo na idade das trevas da ciência, quando raios e pragas foram pensados ser obra dos deuses. Temos uma grande vantagem que Verne e Leonardo da Vinci não tiveram: uma sólida compreensão das leis da natureza.
(KAKU, 2012, p. 24)

É dessa forma que o físico Michio Kaku (2012) inicia o tópico *Compreendendo As Leis Da Natureza*, na obra em que se dedica a prever os avanços da ciência no século XXI. Em breve resumo das maiores descobertas da ciência moderna, o autor destaca a explicação da gravidade e da eletromagnética, que contribuíram para o desenrolar das revoluções industrial e eletrônica, e também os conhecimentos da teoria quântica e sua aplicabilidade na revolução digital, assim como na revolução biotecnológica. Cita o papel primordial dos computadores para a realização de sequenciamento de DNA, entre outras inovações modernas.

A argumentação de Kaku (2012) deixa evidente o quão presente são os saberes científicos e suas aplicações no cotidiano das sociedades contemporâneas. É possível questionar o grau de democratização do acesso às inovações tecnológicas, sendo, porém, inegável que a ciência e seus produtos tenham acesso à parte considerável da humanidade. As revoluções mencionadas pelo autor se materializam nas áreas do transporte, da educação, da saúde, da economia, da biomedicina, entre outras, o que enfatiza a permeabilidade do conhecimento científico e sua dependência nos processos sociais e econômicos.

Dada essa realidade que nos evidencia a ciência como fator estruturante da civilização moderna, uma das questões que deve orientar as primeiras discussões do presente trabalho é precisamente a de apreender a estrutura e a lógica de discursos negacionistas da ciência em plena contemporaneidade. Diante disso, propõe-se uma revisão da literatura dos fundamentos do conhecimento científico como ponto de partida deste trabalho, para que, posteriormente, seja feita uma apresentação de tais discursos negacionistas.

1.1 Princípios constituintes da ciência moderna

A contemporaneidade, fortemente marcada pelas contribuições da modernidade, tem na razão e na ciência dois importantes princípios que orientam, em grande medida, a relação do homem com o conhecimento, as relações sociais, as relações de trabalho, ou mesmo os modos

de subjetivação (CHINAZZO, 2013). Esses princípios são característicos de nosso tempo, ao passo que a relação do homem com o conhecimento se manifesta de distintas maneiras. Segundo Oliva (2003), a necessidade de saber do homem justifica-se na constante luta pela sobrevivência e adaptação. Segundo o autor, o avanço da capacidade de resposta do homem diante dos problemas ambientais e sociais lhe proporcionou habilidades de sistematização do conhecimento.

Os saberes que a humanidade já manuseava anteriormente à ciência – como a filosofia, a religião e a arte –, além de oferecerem oportunidades de significação da realidade, também contribuem para manifestações de comportamentos e atitudes. O avanço da ciência trouxe consigo uma nova possibilidade, a aplicação do saber para a transformação da realidade, o que foi possível a partir do momento em que a humanidade, “superando a fase do pensamento mágico, passou a elaborar explicações que se dedicavam a apreender a racionalidade intrínseca aos fenômenos” (OLIVA, 2003, p. 6).

Mas quais são os fatores que caracterizam a ciência moderna? Segundo Chinazzo (2013), a ciência se constitui a partir das seguintes características: objetiva, experimental, precisa, metódica, resível, prática, provável e sistemática. De acordo com a autora, o conhecimento científico, considerado o grande fiador das mudanças tecnológicas modernas, consiste em “uma construção lógica e intelectual que está solidificada nas regras científicas da coerência dos princípios teóricos, da observação e da experimentação” (p. 155).

Os conhecimentos que são elaborados a partir de métodos científicos, quando capazes de oferecer à comunidade científica sistemas de conceitos e princípios que permitem “descrever, explicar e prever do modo mais completo possível um conjunto de fenômenos”, são elevados à condição de teorias científicas (CHAUÍ, 2000, p. 319).

Por meio da realização de pesquisas, e conseqüentemente da elaboração e da testagem de teorias, a ciência vai produzindo um arcabouço de métodos, leis e teorias capazes de compreender diferentes fenômenos. Esse modo de funcionamento nos indica a forma como a ciência progride, mas há de se ter em mente que tal processo não é linear, ou seja, uma simples acumulação de conhecimentos. Segundo Chauí (2000), a ciência caminha através de “saltos e revoluções” (p.328), uma vez que métodos e teorias possuem limites epistemológicos e práticos..

O filósofo Thomas Kuhn denomina de revolução científica o momento de passagem e ruptura da ciência em busca de novas modalidades de compreensão da realidade (CHINAZZO, 2013). Vejamos a exemplificação feita por Chauí (2000) para esclarecimento de como se dão as revoluções científicas:

Assim, quando a ideia de próton-elétron-nêutron entra na física, a de vírus entra na biologia, a de enzima entra na química ou a de fonema entra na linguística, os paradigmas existentes são incapazes de alcançar, compreender e explicar esses objetos ou fenômenos, exigindo a criação de novos modelos científicos. (CHAUÍ, 2000, p. 328)

Para que se chegasse às concepções modernas, a ciência percorreu um longo caminho de saltos e revoluções, como dito anteriormente. Nesse sentido, Chauí (2000) estipula que a evolução do pensamento científico se deu em três diferentes etapas: a primeira, baseada em uma concepção racionalista, afirma que “a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a matemática” (p. 320) e que, portanto, acessamos a realidade como ela é através de “representações intelectuais” (p. 320); a segunda, concernente a uma concepção empirista, está fundamentada na observação e experimentação; a terceira e última a ser desenvolvida em termos temporais é caracterizada por uma concepção construtivista da ciência. Para Chauí (2000), o construtivismo problematiza o acesso direto do cientista à realidade, ao afirmar que, na verdade, a atividade científica consiste na “construção de modelos explicativos para a realidade” (p.321).

O saber científico, por meio de seu enraizamento prático nas relações sociais, tornou-se presente no cotidiano da humanidade, e sua relevância o tornou elemento determinante nos mais diversos discursos políticos e econômicos da contemporaneidade. O embasamento científico assume papel essencial para a formulação e a execução de políticas públicas, bem como nos processos de tomada de decisão de setores privados. Todos esses elementos fizeram com que a ciência fosse alvo de contradições e discussões políticas, filosóficas, psicológicas, entre outras (LEITE, 2014).

Até o presente momento, tivemos acesso à dimensão pragmática da ciência, sobre a qual pudemos perceber que os conhecimentos por ela produzidos têm importantes reverberações no meio social. É relevante evidenciar que, conjuntamente com as experimentações, o conhecimento científico deve ser entendido como um modo de racionalidade que introduz formas particulares de se pensar e conhecer o mundo (LUZ, 2019). O que possibilita o desenvolvimento de racionalidade científica é uma série de mudanças na concepção do homem e da natureza que vão sendo tecidas a partir do renascimento. Segundo Luz (2019, p. 58), na renascença, haverá uma “atitude antropocêntrica”, cuja consequência é a concepção de *alteridade* atribuída à natureza. Desse modo, afirma a autora, “separam-se Deus, homem e natureza”. A partir do momento em que se trata a natureza como algo exterior ao humano, a postura do homem passa a ser a de investigá-la, tornando-a compreensível. Luz

(2019) comenta de que maneira, nesse contexto de separação entre o humano e a natureza, foi possível a consolidação de razão enquanto meio de se compreender a realidade:

A existência “objetiva” e “independente” da natureza em face do mundo humano é, desta forma, condição epistemológica e ontológica para que o homem possa conhecê-la e moldá-la, para que coloque sobre o reino da natureza o selo de sua ordem. A ordem da Razão (LUZ, 2019, p. 60)

Luz (2019) comenta como a racionalidade científica que se estabelece na modernidade não pode ser reduzida a maneiras de se entender o mundo. Para a autora, a ciência passa a exercer um papel de atribuição da ordem, ou seja, de produção de sentidos sobre a realidade, cujo efeito é o progresso de “um regime específico de produção de enunciados de verdade” (p. 68).

Diante disso, partimos para a análise de diferentes concepções de negacionismo científico, tendo como pano de fundo o conhecimento científico que, ao mesmo tempo, fornece meios de atribuição de sentidos à realidade, modos de compreensão do mundo, e que, por meio de experimentações, fornece à humanidade uma série de conhecimentos aplicados à realidade.

1.2 A amplitude da contraposição à ciência: o que justifica a sua negação?

Nesta etapa do trabalho, serão apresentadas diferentes perspectivas do negacionismo científico, para que, posteriormente, compreendamos melhor os discursos negacionistas presentes no cenário brasileiro contemporâneo. Destaco a considerável variabilidade de compreensões do que seja a negação à ciência, bem como os diferentes graus de intensidade, que, como veremos, podem perpassar de críticas a determinados princípios teóricos ou práticos até a uma espécie de negação plena ou definitiva das bases que compõem o pensamento científico.

Propõe-se iniciar a análise dos movimentos e de linhas de pensamento antagônicas à ciência a partir de dois eixos principais: o primeiro será composto pela apresentação de diferentes formas de negacionismo científico – dada a amplitude de possibilidades no que se refere a essa temática, os parâmetros foram estabelecidos de acordo com o contexto brasileiro contemporâneo, que, neste trabalho, diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e psicológicos relacionados ao negacionismo, ao aspecto da comunicação social e às campanhas de desinformação, bem como ao aspecto religioso; no segundo eixo, será feita uma breve revisão da obra de autores que buscaram compreender as implicações psicossociais do pensamento científico.

Em sua obra “O mundo assombrado pelos demônios: A ciência vista como uma vela no escuro”, o cientista Carl Sagan (2006) tratou de refletir sobre eventuais motivos que provocam

reações de aversão ou de negação à ciência e diz que os malfeitos produzidos pelo uso da ciência são facilmente percebidos pelas sociedades, o que naturalmente ocasionaria certa desconfiança:

Os cientistas não só conceberam as armas nucleares [...], a nossa tecnologia produziu a talidomida, os CFCs, o agente laranja, os gases que atacam o sistema nervoso, a poluição do ar e da água, as extinções de espécies, e indústrias tão poderosas que podem arruinar o clima do planeta [...]. (SAGAN, 2006, p. 19)

O autor avalia que simultaneamente a uma boa representação no imaginário popular, ou seja, de uma considerável respeitabilidade pela figura do cientista e da ciência, há também a presença de uma visão negativa desta, no sentido de que possa oferecer riscos de variados tipos aos indivíduos e às sociedades. Tal visão, segundo o autor, se manifesta, entre outras maneiras, por meio de produções culturais, como no caso da imagem do “cientista maluco [...], *Dr. Frankenstein*, *Doutor Fantástico* e *Parque dos Dinossauros*” (SAGAN, 2006, p. 19). Nesse ponto, é possível perceber que a ciência não ocupa um lugar incólume perante a sociedade, se em certos espaços sociais, como no meio acadêmico, o pensamento científico figura como fator essencial para o progresso e para a resolução de importantes problemas, em outros contextos a sua importância parece ser discutível, e por vezes questionada.

As reflexões de Sagan (2006) indicam que a associação entre interesses políticos/econômicos e o conhecimento científico figura como importante fator que promove desconfiança da população ante a ciência. Nesse mesmo sentido, Leite (2014) analisa a maneira como a ciência é utilizada e manipulada para o alcance de interesses privados, não só para a criação de tecnologias que são eticamente questionáveis ou que visam unicamente a vantagens políticas e militares. Segundo o autor, setores políticos e econômicos fazem uso da legitimidade do conhecimento e da comunidade científica para publicação de conhecimentos não testados e comprovados cientificamente, muitos deles a fim de garantir interesses particulares.

Certamente, diversas estratégias são utilizadas a partir dessa concepção, uma delas é caracterizada da seguinte maneira: financia-se cientistas com a finalidade de contrariar conhecimentos que, em muitos dos casos, já se configuram como consenso na comunidade científica. Dessa maneira, a opinião pública se vê diante de uma disputa política de narrativas, o que invariavelmente enfraquece ou deslegitima, aos olhos de sociedade, teorias já pacificadas. Destacam-se movimentos relacionados à defesa da indústria do tabaco, ou mesmo àqueles que visam negar mudanças climáticas (LEITE, 2014). Iniciativas como essas, baseadas no desvirtuamento da ciência, podem ser analisadas a partir do conceito de *agnotologia*, tal como apresentado a seguir:

Robert Proctor, historiador da ciência da Universidade de Stanford, cunhou um termo para designar o estudo da negação da ciência com vistas a produzir a dúvida ou a

ignorância – em oposição ao estudo do conhecimento pela epistemologia –, a saber, agnotology, que podemos traduzir por agnotologia (do grego agnosis, não conhecimento). (LEITE, 2014, p. 179)

Relatos históricos de acontecimentos que podem ser compreendidos à luz do conceito de agnotologia são facilmente identificados, casos como o da disputa política e econômica do tabaco se tornaram mundialmente conhecidos. Na última década do século XX, Andrew Wakefield, ex-pesquisador britânico, publicou, em uma importante revista de seu país, uma pesquisa cujos resultados indicaram que a vacina tríplice viral (MMR) estaria, de alguma maneira, associada ao desenvolvimento de autismo em crianças. Apesar da contundente reação da comunidade científica para reverter o impacto de tal publicação, foram grandes as consequências na opinião pública inglesa, no sentido de haver o aumento da desconfiança da população quanto à eficácia da vacina (VASCONCELLOS-SILVA et al, 2015).

Ainda a respeito da temática dos processos de descredibilização das campanhas de vacinação, Vasconcellos-Silva e outros (2015) discutem sobre de que forma a desinformação ocasionada pela midiaticização de notícias falsas em agrupamento de pessoas na internet contribuem para a atenuação de políticas de imunização. Para os autores, “as redes virtuais antivacinação têm ampliado seus espaços, sobretudo pela força das celebridades que abraçaram a causa em debates veiculados pela TV, [...] apesar das evidências epidemiológicas que se opuseram às teses anti MMR36-38” (p. 610).

Camargo Jr. (2020, p. 2) encontra elos entre a degradação da confiabilidade da ciência perante a opinião pública e a deterioração das campanhas de imunização. Para o autor, a ideia de que interesses econômicos, ou outros de ordem velada, são os verdadeiros fatores que determinam as ações da medicina – destaca-se a atuação da indústria farmacêutica –, contribui para o reforço daquilo que denomina “componente antiestablishment” do enfrentamento das vacinas. Compreende-se que esse componente antissistema evidenciado pelo autor, também presente na concepção das teorias de conspiração, revela a existência de um suposto saber exclusivo a estes grupos, há uma verdade que está sendo negada ou ocultada por determinados grupos políticos ou econômicos. Sobre isso, Camargo Jr. (2020) destaca que essas pessoas:

[...] sentem-se empoderadas e acreditam que “viraram a mesa”, sendo na realidade mais conhecedoras do que os experts com credenciais [...]. “Governos” e “Indústria Farmacêutica” (Big Pharma) são os inimigos; os profissionais de saúde, pesquisadores e leigos informados que apresentam argumentos a favor das vacinas são “serviçais” (shills) do inimigo percebido (p. 3).

Nesse sentido, pode-se perceber como o descrédito da ciência se constitui, em parte, a partir de redes de informações, ou neste caso, de desinformações. Os argumentos apresentados anteriormente revelam como os aspectos de comunicação social, entre eles os mecanismos de

comunicação em massa, são de grande relevância para propagação de teses questionáveis quanto a sua veracidade, e que conseqüentemente negam a ciência.

O ambiente virtual trouxe uma série de novidades quanto à maneira como se produz e divulga informações. Santaella (2018) argumenta que, nos meios tradicionais de comunicação, existem mecanismos de controle quanto à qualidade e veracidade das informações, seja por meio de parâmetros profissionais dos agentes envolvidos, seja pelo rigor e pela linha editorial dos veículos. Já no ambiente virtual, especialmente nas redes sociais, há frequente incentivo às práticas de publicação e compartilhamento de informações, e dessa maneira, “a autoridade e a habilidade para publicar agora passam de mão em mão”. (l. 292-293). É nesse contexto em que se proliferam as notícias falsas, Santaella (2018) nos mostra como esse termo é amplo e representa fenômenos que vão além de notícias totalmente inventadas ou teorias de conspiração; segundo a autora, a ocorrência de informações que apresentam dificuldades de serem verificadas, a publicação dessas carregada de opiniões e que induzem ou mascaram elementos dos fatos, notícias híbridas – informações factíveis, mas que foram apresentadas de maneira sensacionalista, e até mesmo a publicação de memes que relativizam determinados fatos são elementos que compõem o amplo conceito de notícias falsas e que contribuem para a desinformação.

Até neste ponto do trabalho, foi possível verificar como as disputas políticas e os interesses econômicos sustentam e justificam negacionismos científicos. Pode-se perceber que, em outros contextos, há também a presença de discursos e movimentos negacionistas; nesse caso, será dada maior atenção ao ambiente religioso, dada a relevância desse setor no cenário sociopolítico brasileiro contemporâneo, a ser apresentado e analisado posteriormente.

Visto que o presente trabalho não objetiva um exame profundo das religiões, mas sim a maneira como o contexto religioso compõe o amplo campo das manifestações negacionistas, buscou-se compreender os elementos presentes na religião que diferem de forma mais radical dos pressupostos científicos no que diz respeito às concepções de verdade e às explicações da realidade. Segundo Chauí (2000, p. 380), a religião trata da relação entre duas diferentes dimensões, a humana e a divina, ou como denomina a autora: “o mundo profano e o mundo sagrado”. E por meio dos elementos religiosos, especialmente as suas narrativas, as sociedades constituem parte das suas concepções de mundo, da natureza, das relações sociais, entre outros. Nesse sentido, Chauí (2000, p. 381) afirma que “a religião organiza o espaço e lhe dá qualidades culturais, diversas das simples qualidades naturais”.

A narrativa sagrada da religião, aponta Chauí (2000), oferece ao ser humano uma concepção de mundo ordenado, e as justificativas de tal ordenação está na vontade divina, ou

seja, os sentidos e explicações dos mais variados aspectos individuais e sociais foram estabelecidos pela narrativa religiosa, também compreendida como mito. Ainda sobre as implicações do mito religioso para os indivíduos e sociedades, Silva (2014, p. 82) reforça que as narrativas míticas “conferem sentido às sociedades e explicam os mistérios ainda indecifráveis e dialoga com o intrigante, com os deuses, com os antepassados, com os monstros, com os heróis, com o futuro e com os sonhos”. Além disso, aponta o autor, a constituição do mito independe de possíveis comprovações ou distorções históricas, bem como de crivos e análises pautadas em argumentos lógicos e racionais.

Entretanto, cabe ressaltar que quaisquer tentativas de enquadramento das religiões em concepções simplistas e reducionistas podem oferecer riscos significativos de compreensão e análise. Ao evidenciar as diferenciações entre o pensamento científico e a religião, o trabalho se atém à tarefa de apresentar ao leitor diferentes maneiras com as quais os seres humanos lidam com a realidade, com os sentidos de suas experiências e do mundo em que estão inseridos. Sobre os riscos de uma concepção reducionista das religiões, Harrison (2007, p. 24) afirma que:

A presunção comum do século XIX, de que todas as religiões compartilham alguma essência comum ou representam várias manifestações de algumas verdades centrais, tem se tornado cada vez mais difícil de sustentar em nossos tempos. O diálogo ciência-religião não pode ser conduzido com a presunção de que o pólo “religião” da discussão é um tipo de religião natural genérico, que seja essencialmente neutro com respeito aos conteúdos mais específicos das várias crenças.

Desse modo, ao analisarmos o contexto brasileiro, trataremos de um cenário religioso particular e sua relação com a dimensão política do negacionismo científico. Outro reducionismo possível de ser produzido quando se trata dessa discussão é a falsa percepção de que indivíduos religiosos negam integralmente a ciência, e vice-versa. Cabe a reflexão de que as pessoas que utilizam a religião como fundamento de sua experiência podem manifestar crenças, convicções e avaliações positivas quanto a determinados princípios e conhecimentos científicos, e a condição inversa também pode ser observada, como é apontado por Germano e Pinto (2020):

Embora muitos cientistas da atualidade reconheçam-se religiosos e professem alguma fé, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas pesquisas científicas, muito pouco se discute a respeito de como conciliam as duas cosmovisões e se, de fato, os dois sistemas se influenciam. (p. 88)

Delimitados os cuidados desse processo de investigação, partimos agora para a apresentação de conflitos e de possíveis manifestações negacionistas relacionadas ao contexto religioso. Pode-se destacar o debate criacionismo *versus* evolucionismo, enquanto um embate clássico, porém não adormecido, juntamente com outros campos de discussões que têm sido evocados por descobertas e avanços científicos, como no caso dos estudos contemporâneos da

biologia, que parecem indicar para um caminho de possibilidades ainda incognoscíveis de intervenções na estrutura genética humana, que direta ou indiretamente acabam por questionar a natureza ou vontade divina, segundo aqueles que assim creem (MARTINS, 2017).

Apesar dos avanços da medicina na compreensão do desenvolvimento humano e dos processos relativos à gestação, setores religiosos mantêm integralmente ou parcialmente suas restrições aos métodos contraceptivos e de interrupção da gravidez. Quanto à legislação que descriminaliza o aborto, Prado (2017) destaca que diversos países elaboraram seus dispositivos legais baseados em contribuições da comunidade científica, adotando parâmetros médicos na delimitação do período em que se pode interromper a gestação. A autora afirma que alguns países ampliaram a possibilidade de interrupção de acordo com a disposição da mulher, já outros, como o Brasil, definiram algumas condições excludentes de criminalização, sendo delimitados pelo artigo 128 do Código Penal:

Hoje, no Brasil, está legalizado o aborto em determinados casos. Isto é, se não houver outro meio de salvar a vida da gestante, se a gravidez resultar de estupro e a gestante desejar interrompê-la, os médicos poderão praticar um aborto sem serem punidos (artigo 128 do Código Penal). Fora esses dois casos, trata-se de um crime previsto em lei denominado “aborto voluntário”. (PRADO, 2017, l. 403)

Nesse contexto em que o debate acerca do aborto suscita discussões de ordem moral, especialmente quanto ao direito à vida e a definição dos parâmetros de início e fim dessa, setores religiosos atuam de maneira política para a manutenção da criminalização da interrupção da gravidez. No ano de 2020, o caso de estupro de uma menor de idade tornou-se público perante a sociedade brasileira, tratava-se de uma menina de dez anos de idade, que aproximadamente há quatro anos era violentada por um homem de seu ciclo familiar. Após a descoberta da gravidez, houve uma série de manifestações antiaborto de grupos religiosos e de partidários do atual presidente da República, inclusive em frente ao hospital no qual a criança realizou o procedimento (G1, 2020a). Após o ocorrido, a Procuradoria-Geral da República iniciou apuração para verificar se membros do Governo Federal atuaram para impedir a interrupção da gravidez (FALCÃO e VIVAS, 2020). Nesse caso, pode-se perceber a junção de agendas de cunho religioso e político que atuaram a partir de concepções negacionistas.

A Igreja Católica apresentou-se historicamente como contrária às práticas de interrupção da gravidez. Prado (2017) afirma que a questão ética e religiosa das igrejas cristãs questiona “se o embrião e o feto teriam ou não uma vida, a partir de que etapa de seu desenvolvimento intra-uterino seriam seres humanos vivos” (l. 546). Atualmente, o Papa Francisco reafirma a histórica compreensão da igreja; em uma reportagem que trata da posição do Papa quanto à descriminalização do aborto na Argentina, ocorrida em 2020, foram

apresentadas algumas considerações proferidas publicamente pelo pontífice, entre elas: “o aborto não é um mal menor. É um crime. É eliminar uma pessoa para salvar outra. É aquilo que faz a máfia. É um crime, é um mal absoluto” (DESIDERI, 2021). Já parte dos argumentos pró-descriminalização do aborto são baseados em considerações científicas, especialmente por meio da concepção de que se trata de um problema de saúde pública, e, dessa maneira, o conjunto de ciências biológicas e sociais tem muito a dizer sobre o tema (DINIZ, 2007).

De diferentes maneiras, ciência e religião travaram importantes embates ao longo do tempo. As narrativas mitológicas apontadas anteriormente por Chauí (2000) e Silva (2014) são questionadas pelos princípios do pensamento científico. Sobre isso, Jacob (1989, p.23) nos oferece uma interessante reflexão ao comparar esses dois conhecimentos antagônicos. Para o autor, ambos se apresentam como possibilidades de “representação do mundo e das forças que o animam”. Esse esforço de representação parece justificado na necessidade humana de se relacionar com um mundo ordenado, explicado, que tenha sentido e que ofereça segurança. Nesse sentido, aponta Jacob (1989), a ciência não detém a mesma potência dos mitos, uma vez que, diferentemente desses, o conhecimento científico se atém a recortes da realidade, e dessa forma, oferece uma série de compreensões parciais, distante de uma explicação coerente e unificada do universo.

A temática do aborto foi utilizada a fim de evidenciar um exemplo de embate contemporâneo entre concepções religiosas e científicas. Ao adentrarmos o recorte contextual do trabalho – o negacionismo brasileiro – trataremos de compreender a forma com que movimentos religiosos estão relacionados com o negacionismo e as implicações de sua relação com o discurso político.

Os argumentos até aqui apresentados, ao retratarem diferentes tipos de negacionismo científico, expõem algumas justificativas para sua ocorrência, destaca-se a exemplificação objetiva de Sagan (2006) acerca do negacionismo oriundo da desconfiança e da aversão a determinados conhecimentos e tecnologias científicas. Agora, será realizada uma breve revisão bibliográfica da obra de autores que se dedicaram a compreender as implicações psicossociais da ciência. Sobre isso, espera-se que as contribuições desses autores possam trazer luz acerca do impacto da ciência em dimensões subjetivas e sociais, não havendo o desejo de que tais argumentos justifiquem a manifestação de negacionismos científicos

1.3 As implicações psicossociais do saber científico

Visto que este trabalho visa compreender as implicações da negação da ciência na relação do sujeito com a realidade e com a própria ciência, parece relevante revisar a obra de autores que se dedicaram a estudar os efeitos da ciência em dimensões psicossociais. Com essa análise objetivamos investigar a própria ciência enquanto fenômeno que implica a realidade social, a subjetividade e as relações de poder. Tal atitude é relevante em um contexto em que a ciência e o ambiente acadêmico são alvos de críticas; dessa maneira, evita-se o equívoco de tratar o conhecimento científico como isento de questionamentos e críticas, com uma abordagem simplista da ciência enquanto farol que guia a humanidade em direção ao progresso.

Nessa vertente, destacam-se os estudos de Illich (1975), trazendo importante contribuição para o estudo de possíveis danos causados pela manifestação técnica da ciência, em especial sua aplicação na área da saúde. O autor problematiza a ciência médica, argumentando que a medicina moderna, ao oferecer – por meio de verdadeiras imposições – um conjunto de representações simbólicas acerca de diversos processos de saúde, doença, dor e sofrimento, rompe invariavelmente com a forma com que sociedades tradicionais “pré-industriais” (p.103) as compreendiam. Como resultado dessa imposição científica, Illich (1975) destaca o gradual avanço da dependência do indivíduo em relação à ação terapêutica, ocasionando uma verdadeira “regressão estrutural do nível de saúde, visto que esta é compreendida como poder de adaptação do ser consciente” (p.103). As reflexões desse autor nos provocam a questionar os impactos de outras ciências em fenômenos sociais e subjetivos na atualidade.

O conceito utilizado por Illich (1975) para abordar os efeitos da ciência é aquilo que o autor denomina de *iatrogênese*. Em primeiro momento tratou da iatrogênese clínica, cuja concepção diz respeito às implicações da ação médica em indivíduos, ou seja, as intervenções clínicas por vezes geram sequelas, seja no corpo, seja na forma de angústias. Sob esse conceito está abordada a falha diagnóstica, os erros de procedimento, os efeitos colaterais medicamentosos, a dependência excessiva da terapêutica, entre outros. É interessante notar que o autor tem a percepção de que uma das consequências do saber técnico científico é a despersonalização da responsabilidade ética da ação clínica, sobre isso, Illich (1975) compreende que a falha passa a adquirir uma dimensão técnica:

Num hospital em que a técnica é complexa, a negligência se transforma em erro humano "aleatório", a insensibilidade em "desinteresse científico", e a incompetência em "falta de equipamento especializado". A despersonalização do diagnóstico e da terapêutica transferiu as falhas do campo ético para o âmbito do problema técnico (ILLICH, 1975, p. 26).

Illich (1975) também se debruça sobre as consequências sociais da ação médica. A iatrogênese social trata, entre outras temáticas, do “controle social pelo diagnóstico” (p. 43) e da medicalização permanente da vida. Sobre o primeiro, o autor argumenta que a medicina, em atuação com outras ciências, classifica os indivíduos em grupos sociais, um dos exemplos indicados pelo autor é a divisão das pessoas através das etapas da vida, como a infância, adultez e velhice. Para cada etapa, há determinada atuação terapêutica ou normativa de técnicos especialistas nas mais variadas áreas da vida, seja na saúde, na educação, etc. Quanto ao segundo, é destacada a amplitude da ação técnica sobre a vida das pessoas; a medicina científica promove suas intervenções mesmo em contexto de ausência de doença, tendo como uma de suas principais ações a medicina preventiva. Destaco duas citações da argumentação do autor que enfatizam o processo de dependência da técnica científica e conseqüentemente da perda de autonomia dos indivíduos:

O homem domesticado entra em estabulação permanente para se fazer gerir numa seqüência de celas especializadas. (p. 43)

“Ele aprende a entregar-se ao médico esteja ou não com boa saúde; transforma-se num paciente para o resto da vida”. (p. 51)

Por fim, Illich (1975) apresenta uma reflexão acerca das implicações do saber médico científico em dimensões simbólicas. Nesse aspecto, o autor argumenta que uma das implicações da ciência é sua prontidão em exercer modos de controle social, por vezes impondo aos indivíduos formas de se pensar e compreender diferentes experiências humanas. Para Illich (1975), o enfraquecimento das produções de sentido exercido pelos indivíduos inseridos na cultura revela a dimensão cultural da iatrogênese, denominada iatrogênese estrutural: “a fidelidade e o servilismo crescente à terapêutica afetam também o estado de espírito coletivo de uma população” (p. 103).

As implicações do pensamento científico também são retratadas na obra de Foucault, autor que se dedicou a compreender a maneira como opera o poder, e conseqüentemente sua repercussão nos espaços e relações sociais, nos corpos, entre outras possibilidades. Importante considerar que Foucault expande a discussão acerca do poder para além de aspectos relacionados ao direito e à soberania, especialmente quando relacionado a mecanismos repressivos, passando a pensá-lo a partir “de técnicas [...], instrumentos e até mesmo as instituições” (POGREBINSCHI, 2004, p. 182). Nas palavras do autor:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 8)

A partir da transição vivenciada pelas sociedades entre o modelo feudal e as novas representações políticas e estruturas sociais modernas, houve o surgimento de novas formas de exercer poder, especialmente a partir dos séculos XVII e XVIII. Foucault (1979) argumenta que, no contexto feudal, “o modo como o poder era exercido podia ser transcrito, ao menos no essencial, nos termos da relação soberano-súdito” (p. 105), e suas implicações se davam na distribuição de terras, na maneira como se extraía riquezas, entre outras possibilidades. Porém, no contexto das sociedades industriais e da burguesia, o poder passou a ser exercido de diferentes formas, Foucault (1979) denomina de "poder disciplinar" a nova maneira de exercer poder mediante o saber produzido essencialmente nos campos das ciências humanas. Esse poder, ao atuar sobre os corpos dos indivíduos, possibilita o empreendimento de um discurso de normalização. Sobre as disciplinas:

Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. (FOUCAULT, 1987, p. 165)

Foucault (1979) compreende que as diferentes formas de exercer poder estão relacionadas; a dimensão da soberania e da disciplina se articulam, e sua presença pode ser verificada justamente no campo das ciências médicas, sobre isso, o autor diz que “os desenvolvimentos da medicina, a medicalização geral do comportamento, dos discursos, dos desejos, etc., se dão onde os dois planos heterogêneos da disciplina e da soberania se encontram” (p. 106).

Além das duas primeiras formas de poder, Foucault (1975-1976) identifica a biopolítica, ou biopoder, como a forma em que o poder é exercido sobre as populações, ou seja, é “massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie” (p. 289), diferentemente das disciplinas, que tratam dos corpos individuais “que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (p. 289). Nesse sentido, o autor argumenta que, ao final do século XVIII, alguns fenômenos humanos passaram a ser analisados a partir de uma perspectiva ampliada, a da população. As questões de saúde, natalidade, morbidade, envelhecimento, entre outros, passaram a ser analisadas sob o enfoque de estratégias sociais, pode-se destacar as ações de saúde pública e assistência social. Segundo Foucault (1975-1976), por meio do conceito de biopolítica, não só a população, mas a cidade surge como questão política, e a normatização presente no poder disciplinar também se apresenta no biopoder, porém, gerando outro tipo de resultado: “a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanta a uma população que se quer regulamentar” (p. 302).

Pogrebinschi (2004) argumenta que, na perspectiva de Foucault, a medicina é um campo do saber que permite a incidência do poder em diferentes dimensões, a da disciplina e da biopolítica, e como relembra a autora, a temática da sexualidade se apresenta na obra de Foucault como o “melhor exemplo [...] dessa espécie de acoplagem entre as duas modalidades de poder [...]” (p. 197), ou seja, há uma série de delimitações e normatizações individualizantes ao mesmo tempo em que regulamentações de cunho populacional são exercidas por saberes e instituições, entre elas, o campo estatal.

As reflexões elaboradas por Illich (1975) e Foucault (1979) nos provocam alguns questionamentos acerca do cenário contemporâneo de negação da ciência: há alguma relação entre as imposições disciplinares do saber produzido pela ciência e a ocorrência do negacionismo científico? Quais as implicações que as relações de poder exercidas pelo saber científico têm para a dimensão subjetiva dos sujeitos?

Apresentadas algumas exemplificações de negacionismos científicos e de perspectivas bibliográficas acerca das implicações do pensamento científico, passamos agora a observar com maior detalhamento o contexto brasileiro contemporâneo e as formas de negacionismo nele presentes.

1.4 O negacionismo brasileiro contemporâneo

No presente trabalho, faz-se um recorte da realidade brasileira no intuito de analisar o cenário dos discursos negacionistas no Brasil contemporâneo. Tem-se como pano de fundo o contexto dos movimentos políticos, especialmente de cunho conservador, que cresceram significativamente sua representatividade nas eleições gerais de 2018, destaca-se a figura do atual presidente da República.

O primeiro aspecto a ser abordado serão as ações concretas da administração federal que podem ser compreendidas como manifestações de negacionismos científicos, e nesse sentido, parece relevante contextualizar o leitor acerca da relação conflituosa dos movimentos políticos conservadores com o setor acadêmico brasileiro, importante representante da ciência no país, e utilizá-lo como ponto de partida para a discussão. Uma pauta bastante frequente no discurso vencedor das eleições de 2018 é a necessidade de uma mudança de perspectiva na educação brasileira, e dessa maneira, escolas e universidades públicas tornaram-se alvos de discursos políticos, pois haveria uma forte tendência ideológica progressista presente nesses ambientes. O candidato recém-eleito à presidência, Jair Bolsonaro, postou a seguinte mensagem em sua conta do twitter no dia 2 de novembro de 2018: “por muito tempo nossas instituições de ensino foram tomadas por ideologias nocivas e inversão de valores, pessoas que odeiam

nossas cores e Hino”, em seu plano de governo também são apresentadas colocações que corroboram a fala anterior: “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (PLANO DE GOVERNO, p. 41); “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (PLANO DE GOVERNO, p. 46).

Em desdobramento desse embate, no dia 26 de abril de 2019, o atual presidente publicou em suas redes sociais a afirmativa de que o então ministro da educação, Abraham Weintraub, estaria estudando maneiras de “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas) [...]. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, Weintraub afirmou: “não sou contra estudar filosofia, gosto de estudar filosofia. Mas imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?” (ISTO É DINHEIRO, 2019).

Outra medida do governo destinada à educação foi a redução do orçamento de 2019 para as universidades públicas, o que ocasionou uma série de protestos das comunidades acadêmicas em diversas cidades do país. Em 2019, houve congelamento de parte do orçamento de importantes instituições de pesquisa científica. Em reportagem para o El País, Oliveira (2019) demonstrou a dificuldade vivenciada por pesquisadores que deixaram de receber os repasses autorizados em editais anteriores. No mesmo ano, após o anúncio de baixas orçamentárias na área da educação que inviabilizaram os custos básicos das instituições públicas, houve a paralisação do financiamento de bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (JUCÁ, 2019).

Interessante notar que a ocorrência de cortes em investimentos públicos na área de ciência segue acontecendo ano após ano, em reportagem publicada em dezembro de 2020, Pires (2020) evidencia que o orçamento previsto para 2021 – em meio à pandemia – apresentava uma baixa de 34% na verba destinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, as instituições de pesquisa também sofreram importantes impactos, o CNPq com diminuição de 8% – os valores atuais correspondem a 18% do orçamento de 2019, sobre as demais instituições, relata a jornalista:

[...] a Capes perde 1,2 bilhões em comparação aos 4,2 bilhões de reais que dispunha no primeiro ano do Governo Bolsonaro. A situação mais dramática se desenha no FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - que sofrerá um corte de 4,8 bilhões de reais em 2021. (PIRES, 2020)

Quanto à dificuldade de acesso às bolsas de pesquisa, em matéria publicada por Escobar (2021) no Jornal da USP, temos acesso a relatos de professores, pró-reitores, ex-reitores, entre

outras figuras acadêmicas, enfatizando o grave estado da ciência no Brasil. Chama atenção o relato de “Hernan Chaimovich, professor do Instituto de Química (IQ) da USP e também ex-presidente do CNPq”, que, ao comentar os baixos investimentos na importação de insumos para pesquisa, afirma que “isso é tão grave que vai paralisar toda a pesquisa em biologia molecular no Brasil; simples assim”, e que passou a questionar a intencionalidade do governo perante a deterioração da ciência: “o que acontece na prática me leva a concluir nessa direção: que existe uma intenção de acabar com a ciência no Brasil”.

Juntamente com os cenários da educação e das instituições de fomento científico, a temática ambiental proporcionou uma série de embates entre governistas e agentes da ciência. Em discurso na assembleia geral da Organização das Nações Unidas, no dia 22 de setembro de 2020, o presidente da República afirmou que o Brasil é a nação que mais preserva florestas tropicais, e que há no país, sob sua liderança, uma política de zero tolerância quanto aos crimes ambientais. Em uma reportagem de checagem dos fatos, Macário e outros (2020) demonstraram a falseabilidade dessas e de outras afirmações. Baseando-se em outras reportagens e notícias publicadas por órgãos de estado, entre eles o Ministério Público Federal (MPF), os jornalistas evidenciaram como o Brasil passou a flexibilizar a ação de instituições ligadas à preservação do meio ambiente, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Destaca-se a exoneração de um diretor de proteção ambiental do IBAMA em meio a uma grande operação contra ações de garimpo e desmatamento, que posteriormente passou a ser investigada pelo MPF.

Nesse mesmo aspecto, é importante mencionar a exoneração de outro diretor de agência governamental que possui como uma de suas principais competências o monitoramento de áreas ambientais. Em julho de 2019, o presidente da República questionou os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que indicavam um aumento de 88% da área desmatada da Amazônia, quando comparados os dados de junho de 2019 com o mesmo mês do ano anterior. O presidente questionou a veracidade das informações e se a divulgação de informações alarmantes causam prejuízos ao país: “a questão ambiental aí fora é na verdade psicose ambiental. Você tem que combater se tiver desmatamento, não é justo aqui dentro fazer campanha contra o Brasil, [...] eu fiquei preocupado com aqueles números, obviamente, mas também fiquei achando que eles poderiam não estar condizentes com a verdade [...]” (LIS, 2019).

No contexto ambiental, pode-se perceber que o Governo Federal age de maneira a negar setores da ciência, utilizando-se de informações falsas para sustentar diferentes discursos políticos. Percebe-se que, assim como no âmbito da educação e das áreas de fomento à pesquisa

científica, o discurso político não se restringe a manifestações públicas negacionistas, mas demonstra estar associado a uma série de intervenções práticas, que, como foram evidenciadas, produzem graves prejuízos ao meio acadêmico, às instituições governamentais pautadas pela ciência, como também ao dia a dia da população. Consequências similares foram percebidas no manejo do governo no contexto da pandemia do novo Coronavírus.

Ainda nos primeiros meses do ano de 2020, período em que houve a propagação em nível mundial do novo Coronavírus, o presidente da República por duas vezes se referiu à doença causada pelo vírus como uma “gripezinha”, em uma coletiva de imprensa no dia 20 de março daquele ano, afirmou: "depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok?", posteriormente, em pronunciamento em rede de televisão, disse: "no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho [...]” (BBC, 2020). Essa abordagem do presidente, que determina ao vírus uma relevância questionável quanto aos seus riscos à saúde, guiou o discurso político de seu governo e apoiadores durante os meses seguintes; destaco outra colocação do presidente: “nós íamos passar por isso. Começou na China, foi para outros países da Europa e iríamos passar por isso. Agora, o que está errado é a histeria, como se fosse o fim do mundo” (G1, 2020b). Tal afirmação foi manifestada em um contexto no qual o presidente e sua base de apoio questionavam as medidas preventivas de propagação do vírus, especialmente o fechamento do comércio.

Durante os primeiros meses da crise sanitária ocasionada pela pandemia, o Governo Federal e seus apoiadores tornaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) um potencial inimigo a ser combatido, uma vez que as estratégias indicadas pelo presidente se opunham em grande parte àquelas propostas pelo órgão internacional. Nesse aspecto, o presidente acusou a OMS de ser “ideológica”, isso porque a instituição havia suspenso testes com o medicamento Hidroxicloroquina, alegando preocupação com o uso da droga, porém, dez dias depois voltou a realizar testes de eficácia do medicamento contra sintomas da Covid-19 (VILELA, 2020). No entendimento do presidente, “a nossa OMS está deixando muito a desejar. Fala-se tanto em foco na ciência, o que menos tem de ciência é a OMS, parece que não acerta nada” (SCHUCH, 2020).

O embate acerca da Hidroxicloroquina era iminente, para o presidente e apoiadores, o medicamento deveria ser apresentado como importante recurso para tratamento da Covid-19, especialmente de maneira precoce. Apesar de afirmar – em transmissão via rede social –, no dia 15 julho de 2020, "não recomendo nada, recomendo que você procure seu médico", o presidente da República, por diversas vezes, publicizou e incentivou o uso desse medicamento.

Interessante notar que, na mesma transmissão, disse a seguinte colocação: "coincidência ou não, sabemos que o tratamento não tem nenhuma comprovação científica, mas deu certo comigo." (MENDONÇA, 2020).

Em reportagem publicada no dia 16 de julho de 2020, jornalistas do Correio Braziliense (2020) fizeram um levantamento que apontava seis momentos diferentes no qual o presidente defendeu o uso da Hidroxicloroquina, como no caso de *lives* realizadas durante o período em que o próprio presidente esteve contaminado pelo Coronavírus, e nelas aparece fazendo uso do medicamento, também houve a publicação de um protocolo por meio do Ministério da Saúde, cuja normativa apontava para o uso do medicamento para tratamento precoce – mesmo havendo no documento a afirmação de que não há evidências substanciais acerca de sua eficácia; na reportagem, há o registro da encomenda feita pelo Governo Federal para que o Exército brasileiro produzisse o medicamento, e a fala do presidente, na qual afirma que “o único tratamento que temos é a hidroxicloroquina enquanto não chega a vacina”. Nesse sentido, importante destacar que nunca houve apoio significativo da comunidade científica acerca desse medicamento; por meio de publicação científica em março de 2021, pesquisadores da OMS classificaram a Hidroxicloroquina como ineficiente para o tratamento da Covid-19, além de concluir que “[...] os recursos devem ser direcionados para avaliar outras drogas mais promissoras para prevenir Covid-19” (CORACCINI, 2021).

Juntamente com a temática do tratamento precoce, viu-se nos movimentos políticos ligados ao atual presidente uma forte resistência às medidas de distanciamento social, determinada por pesquisadores como importante recurso de prevenção do contágio do novo Coronavírus. O entendimento do presidente é de que políticas restritivas de circulação de pessoas gerarão impactos financeiros significativos, porém, ao manifestar publicamente seu discurso contra o distanciamento, por diversas vezes promoveu aglomerações de pessoas, estando ele e seus apoiadores ignorando o uso de máscaras e outras medidas sanitárias, destaco a fala do presidente durante visita a uma região periférica do Distrito Federal em 10 de abril de 2021 e que foi registrada por jornalistas. Lá, sem máscara, foi cumprimentado por populares. “continue em casa, e vai morrer de fome”, disse ele, “vai, mesmo”, concordou um popular (OTTA, 2021). Em março de 2021, demonstrou publicamente satisfação pela ocorrência de manifestações populares pelo país, que visavam demonstrar insatisfação diante de medidas de distanciamento social, disse que "logicamente eu fiquei feliz, o Brasil todo gostou, mostra que o povo está vivo... os sentimentos democráticos estão aí valendo, queremos a nossa liberdade, queremos que todo mundo respeite a Constituição" (BRITO, 2021).

Outro momento significativo para a compreensão da postura negacionista do Governo Federal foi a tentativa de emplacar uma campanha publicitária governamental com a finalidade de combater a concepção de distanciamento social. No dia 26 de março de 2020, o senador da República, Flávio Bolsonaro, divulgou em suas redes sociais um vídeo produzido pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) que detinha o seguinte título: O Brasil não pode parar. Nessa peça havia o claro incentivo ao retorno às práticas presenciais; em primeiro momento, a SECOM afirmou que se tratava de um vídeo experimental, e que até aquele momento não havia sido autorizada pelo governo, porém, após a ocorrência de entraves jurídicos relativos a uma possível campanha governamental que desestimulasse medidas preventivas, afirmou que a campanha nem sequer existia (TEÓFILO, 2020).

Penso que seja relevante enfatizar o papel das mídias sociais no que diz respeito às manifestações negacionistas relacionadas ao Governo Federal e aos movimentos que lhe dão suporte. Nas redes sociais, são feitas frequentes manifestações pessoais ou coletivas que reiteram o compromisso de crítica às recomendações científicas relativas à pandemia. Inclusive, houve, por parte das empresas proprietárias de algumas dessas redes sociais, a decisão de retirar dos sites publicações de autoridades ou de pessoas públicas que contribuíssem para a proliferação de notícias falsas ou de informações que neguem pressupostos científicos, como no caso de publicações do presidente, que foram retiradas com a seguinte justificativa: "removemos conteúdo no Facebook e Instagram que viole nossos Padrões de Comunidade, que não permitem desinformação que possa causar danos reais às pessoas" (VASCONCELLOS, 2020).

Como último exemplo relativo ao discurso político e às ações concretas do governo que podem ser caracterizadas como negacionistas, destaca-se a postura diante da vacina contra o novo Coronavírus. O atual presidente do Brasil por diversas vezes criticou e questionou publicamente a eficácia da vacina produzida por intermédio de tecnologia chinesa, sobre a qual afirmou: “a da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população [...]”; lamentavelmente, já existe descrédito muito grande por parte da população, até porque, como muitos dizem, esse vírus teria nascido por lá (GULLINO, 2021). Já no dia 15 de dezembro de 2020, afirmou: “eu não posso falar como cidadão uma coisa e como presidente outra. Mas como sempre eu nunca fugi da verdade, eu te digo: eu não vou tomar vacina. E ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu. E ponto final” (FAGUNDES, 2020). Sobre isso, será de grande relevância compreender as relações presentes entre negacionismo científico e discursos políticos, que serão devidamente analisadas nos capítulos seguintes.

Por fim, vale mencionar a presença de setores religiosos na composição da ampla manifestação de negacionismo na realidade brasileira contemporânea, explorando sua participação a partir da relação com o discurso político. Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, denominação evangélica de milhares de brasileiros, afirmou ainda, durante os primeiros meses da pandemia, que os fiéis deveriam encarar a questão do Coronavírus a partir da concepção de fé, em suas palavras: “o pior de tudo é que a maioria das pessoas não sabe que a maior praga não é a coronavírus, é a coronadúvida, e para você enfrentar o coronavírus [...] você tem que estar com o antídoto que é chamado de coronafé”. Sobre essa última, afirmou: “é aquela confiança, aquela certeza de que Deus está contigo e que ele nunca, jamais, em tempo algum vai falhar com aqueles que nele têm crido, naqueles que têm depositado a sua fé nele” (MACIEL e outros, 2020).

Cabe ressaltar que o presente trabalho não visa analisar crenças ou julgá-las sobre sua pertinência, nesse sentido, busca-se identificar e compreender as implicações de discursos religiosos no contexto do Coronavírus que manifestem concepções negacionistas. No ambiente evangélico foram observadas a propagação de notícias falsas e teorias de conspiração, em um caso que se tornou público no Brasil, um pastor evangélico da cidade de Fortaleza, Ceará, enquanto ministrava um culto, afirmou que o uso da vacina ocasionaria o desenvolvimento de câncer e HIV, em suas palavras: “depois de um tempo, doenças aparecerão. Muitas pessoas vão morrer de câncer, achando que foi câncer porque comeu alguma coisa, [...] mas na verdade foi por causa da vacina. [...] “Depois que essa substância entrar no nosso organismo vai atingir o nosso DNA. Um cientista francês disse que até HIV tem dentro dela” (AMORIM, 2020). Outro caso de desinformação foi observado na publicação de vídeos do pastor Valdemiro Santiago, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus, nos quais afirmava que, por meio da fé e do uso de feijões, haveria a terapêutica para a Covid-19, o pastor utilizou o trecho da Bíblia – presente no livro de Gênesis, capítulo 12, versículo 2 – “sê tu uma bênção”, disse o pastor: “o segredo da cura? Semente, ‘sê tu uma bênção’, é o nome”, a fala fazia referência a um feijão que poderia ser adquirido por fiéis, em compras que chegaram ao valor de mil reais (ALESSI, 2020). Posteriormente o pastor passou a ser investigado pelo Ministério Público, e por decisão da justiça de São Paulo, o Ministério da Saúde teve de informar em seu site que o conteúdo do pastor tratava-se de notícia falsa (ASSÉ, 2020).

A relação do discurso de religiosos com o discurso político do Governo Federal se manifesta também por meio da política institucional, isto é, o Partido Republicanos é uma organização política fortemente ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, entre seus filiados estão dois filhos do atual presidente, o vereador Carlos Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro

(AMANCIO e outros, 2020). Entre as figuras públicas religiosas que apoiam o atual governo está o pastor Marco Feliciano, deputado federal pelo Partido Republicanos, que em entrevista reafirmou que o público evangélico compõe a base de apoio ao atual presidente, "me perguntaram: O presidente Jair Bolsonaro sofre risco de ter abalado seu prestígio diante dos evangélicos? Respondi: Não! Risco zero! O povo de Deus é ordeiro e a Bíblia ensina que devemos respeitar as autoridades. Confiamos, oramos e torcemos pelo presidente" (MORAES, 2020). Interessante notar que o pastor que relacionou a vacina a casos de câncer e HIV, no caso citado anteriormente, também disse no mesmo culto que "graças a Deus, tem um 'presidente doido' aí que está dizendo que aqui no Brasil não vai ser obrigado ninguém a tomar" (AMORIM, 2020).

Iniciada a discussão a partir da concepção de pensamento científico, passou-se a analisar diferentes possibilidades de compreensão daquilo que se pode entender como negação à ciência, e por fim uma análise do negacionismo no recorte da realidade brasileira contemporânea. Diante disso, há a composição de um escopo de trabalho que nos permite iniciar uma série de reflexões e discussões acerca das implicações do negacionismo científico na concepção de sujeito, de verdade e realidade. Para isso, faremos uma revisão da literatura psicanalítica a fim de delimitar a fundamentação teórica que orientará as discussões posteriores.

CAPÍTULO II

A INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE SUJEITO E REALIDADE

Enquanto rodávamos pela chuva, podia vê-lo se tornar cada vez mais soturno. Eu não estava apenas negando alguma doutrina falsa, mas uma faceta preciosa de sua vida interior.

(SAGAN, 2006, p. 11)

O relato descrito na epígrafe foi feito pelo renomado cientista estadunidense Carl Sagan acerca de uma conversa informal que manteve por um breve período de tempo com um motorista particular. No momento em que se encontraram, prontamente o rapaz o reconheceu, afinal tratava-se de um famoso cientista. Para a surpresa de Sagan, as curiosidades do motorista em relação à ciência diziam respeito à suposta descoberta de Atlântida, “sobre extraterrestres congelados [...], sobre ‘canalização’ (um modo de escutar o que se passa nas mentes dos mortos — pouca coisa, pelo visto), sobre cristais, as profecias de Nostradamus, astrologia, o sudário de Turim...” (SAGAN, 2006, p. 10). No decorrer da conversa, Sagan pontuava a falta de comprovações e evidências sobre aqueles temas, e foi aí que o cientista teve a percepção de que, ao negar supostos conhecimentos intrigantes e estimulantes, estava também negando “uma faceta preciosa de sua vida interior” (p. 11).

A percepção de Sagan de alguma maneira nos provoca a pensar sobre a complexa relação que os sujeitos estabelecem com a realidade. Neste trabalho, nos ocuparemos de analisar a dimensão subjetiva aí presente, aquilo que opera no sujeito para que a sua relação com a realidade se dê em um âmbito que escapa à racionalidade argumentativa. Diante desse propósito, passaremos a analisar a compreensão psicanalítica do sujeito, bem como a maneira como se dá sua relação com a realidade.

Os princípios constituintes da ciência moderna, mais do que a formalização de metodologias que orientam a prática da experimentação, dizem respeito a um conjunto de concepções acerca daquilo que seja a realidade, a verdade, e a forma com que os sujeitos produzem e acessam o conhecimento. A psicanálise, por sua vez, também trata de analisar a forma com que o sujeito acessa e vivencia a verdade e a realidade. No entanto, a realidade experienciada pelo sujeito do inconsciente não pode ser compreendida a partir das concepções empíricas e positivas relacionadas a determinado campo do pensamento científico. A realidade que a psicanálise trata de compreender é a realidade psíquica do sujeito, expressa pela concepção de desejo inconsciente (LAGOAS, 2016). Sobre isso, Safatle (2017) argumenta que,

para a psicanálise, a experiência do sujeito perante o mundo a sua volta tem no desejo o elemento que a orienta.

Ao tratar do problema da percepção na psicanálise, Lagoas (2016) nos oferece uma análise da literatura psicanalítica freudiana e lacaniana que se mostra de grande relevância para o presente estudo. A apresentação feita pelo autor acerca do desenvolvimento do pensamento de Freud quanto à composição do aparelho psíquico nos revela o que caracteriza a noção de realidade assumida inicialmente pela psicanálise, bem como a forma com que os sujeitos com ela se relacionam. Nas palavras do autor:

Desde o Projeto, Freud começa a se dar conta de que, no campo da experiência psíquica, não basta que alguma coisa do mundo exterior seja realmente percebida. Se o percebido não for adequado às precisões do organismo, se não estiver articulado aos interesses do aparelho psíquico, seu estatuto de “realidade” não terá nenhum valor prático, quer dizer, não poderá ser utilizado no sentido da satisfação das necessidades. (LAGOAS, 2016, p. 94)

Nesse sentido, Lagoas (2016) afirma que considerar a realidade psíquica do sujeito não implica a negação da objetividade do mundo exterior, mas sim, na observância dos fatores psíquicos presentes na constituição do sujeito que orientam sua relação com a realidade e com a verdade. Para o autor, sob a ótica da psicanálise, é possível considerar alguns fenômenos que são entendidos como irracionais para outros campos da psicologia, como o inconsciente, os sonhos, a dimensão do desejo e suas implicações, entre outros. Tais elementos assumem significativa importância na análise do sujeito e seu contato com a realidade, afastando-se dessa maneira a reducionista dicotomia entre realidade objetiva e “realidade ilusória” (LAGOAS, 2016, p. 103).

Sobre a relação do sujeito com a realidade objetiva, Vieira (2003) argumenta que, na obra freudiana, há o entendimento de que a constituição do sujeito se dá, em parte, pela necessidade de afastamento dos estímulos excessivos da realidade, dotada de um “caráter invasor e destruidor” (p. 5). Para a literatura psicanalítica, devemos considerar a percepção como algo a mais do que o contato do sujeito com estímulos externos, e para esse entendimento a concepção do desejo é fundamental. (LAGOAS, 2016). Lagoas (2016) disserta sobre a maneira como a percepção é interpelada por traços do sistema mnemônico do psiquismo, e como, a partir do conceito de regressão alucinatoria, essa relação se estabelece desde os primeiros momentos da constituição do sujeito. Segundo o autor, Freud nos oferece suposições acerca de processos primitivos do sujeito, nos quais, ao vivenciar determinadas situações de necessidades, e conseqüentemente sua satisfação, são elaborados registros mnêmicos por parte do sujeito, que, ao se deparar novamente com aquela necessidade, vivenciará um investimento no respectivo traço de memória. Nas palavras de Fortes e Cunha (2012, p.147), esse processo

“produzirá então, uma percepção que visa restabelecer a situação da primeira satisfação”. Mais do que isso, Lagoas (2016) enfatiza que o sujeito volta a vivenciar a memória, ainda que essa não esteja objetivamente ocorrendo na realidade, configurando assim o fenômeno da regressão alucinatória.

Ao analisar a regressão alucinatória a partir da obra freudiana, Lagoas (2016) aponta que, no início da constituição do aparelho psíquico, não há mecanismos capazes de discernir o caráter real ou irreal das percepções. Entretanto, a alucinação não possibilita ao psiquismo a mesma satisfação caso o objeto realmente esteja presente na realidade objetiva. Sobre a regressão alucinatória, o autor afirma que há por parte do aparelho psíquico uma “descarga em falso” (p. 104), a insatisfação daí ocasionada provoca a expectativa de que possivelmente o objeto possa ser novamente encontrado na realidade, e não somente por meio da memória. Lagoas (2016) pontua que a relação entre insatisfação e expectativa é o que caracteriza o conceito de desejo para Freud, e que “é à regressão alucinatória que ele atribuiu sua realização primordial” (p. 104). Depreende-se, então, que a relação do sujeito do inconsciente com a realidade deve ser analisada a partir da concepção do desejo, e que, se assim o for, estamos diante de uma realidade psíquica que escapa a uma perspectiva racionalista da relação do sujeito com a realidade e a verdade. Sobre o papel da realidade objetiva no momento da constituição do psiquismo, Lagoas (2016, p.94) argumenta que:

Se em seguida alguma realidade vai impor-se ao aparelho psíquico, é em razão dele ter se constituído inicialmente à deriva, sem nenhum lastro fora dos circuitos de prazer/satisfação que cria para si.

Se, no contexto da constituição do sujeito, sua relação com o mundo exterior evidencia uma dimensão alucinatória, de que maneira haverá por parte desse mesmo sujeito a compreensão da realidade objetiva, e conseqüentemente sua discriminação em relação às alucinações? Pimenta (2009) alega que, no *Projeto*, Freud demonstra que é por meio do princípio da realidade, especialmente no que se refere ao teste de realidade, que o sujeito estabelece a distinção entre mundo interno e externo, entre objeto real e alucinado. O autor comenta as postulações freudianas a respeito do teste da realidade enquanto reencontro com o objeto que outrora proporcionou a satisfação ao sujeito, dessa maneira, compreende-se a realidade objetiva por meio da perda do objeto – que passou a ser alucinado –, e conseqüentemente a sua busca na realidade exterior.

Quanto à compreensão da perspectiva laciana acerca da realidade psíquica, é fundamental apresentar as três instâncias elaboradas pelo autor, e que “dão conta do campo possível de experiências subjetivas” (SAFATLE, 2017, p. 35), a saber: o imaginário, o

simbólico e o real. Por meio delas será possível perceber, entre outras coisas, a maneira como o autor concebe a relação do sujeito com a realidade. A obra lacaniana inicia-se a partir de estudos da psicose paranoica, que, à época, era comumente relacionada a fatores da personalidade, de acordo com Safatle (2017), seguindo o modelo de outros autores da psicanálise, Lacan atribui à constituição da personalidade a lógica de processos de identificação, que por sua vez, diz respeito à “internalização de modelos ideais de conduta socialmente reconhecidos” (p. 22). Modelos esses que servem de “orientação para os modos de desejar, julgar e agir” (p. 22).

A primeira consequência da constituição do Eu por meio de identificações é a percepção de que a personalidade, ou seja, a individualidade humana, dá-se por meio do outro, o que traz a esse processo um aspecto alienante, ou mesmo paradoxal. Para Sales (2003, p. 41): “é exatamente por esse processo de identificação ideal que é entendida a própria construção da realidade, a qual não consiste, por conseguinte, em um dado natural”. Nesse sentido, a maneira como a realidade é vivenciada pelo sujeito comporta uma lógica de funcionamento que é dada pelo desejo do outro, desejo esse que foi internalizado por meio dos processos de identificação (SAFATLE, 2017). O imaginário, primeiro dos três registros lacanianos a ser abordado neste trabalho, seria então o “conjunto de imagens ideais que guiam tanto o desenvolvimento da personalidade quanto sua relação com seu meio ambiente próprio” (SAFATLE, 2017, p. 35).

A ênfase no registro do simbólico marca uma importante virada do pensamento lacaniano, que, a partir de 1953, incorpora em sua teoria contribuições do estruturalismo, em especial de autores ligados à antropologia e à linguística, o que viabilizou a concepção lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem (FRANÇÓIA, 2007). Durante esse percurso, Lacan se orienta a partir de leituras da obra de Lévi-Strauss, cujo pensamento consiste, entre outras coisas, em compreender a cultura por meio de uma perspectiva da linguagem, ou seja, a cultura como “um sistema de símbolos portadores de regras que organizam o meio” (p. 88), fazendo com que pensemos os fatos sociais “do mesmo modo que os fatos lingüísticos” (p.88). Nesse ponto, faço uso das palavras de Safatle (2017) para uma melhor compreensão do estruturalismo e consequentemente do seu impacto para o inconsciente lacaniano:

[...] podemos dizer que o fundamento do estruturalismo consiste em mostrar como o verdadeiro objeto das ciências humanas não é o homem enquanto centro intencional da ação e produtor do sentido, mas as estruturas sociais que o determinam. (p. 45)

[...] Esse sistema lingüístico que estrutura o campo da experiência é exatamente o que Lacan chama de simbólico. (p. 46)

A constituição do simbólico na obra de Lacan teve importante inspiração na linguística estrutural de Saussure, apesar de apresentar distinções decisivas em relação ao modelo usado como referência. Lacan postulará que o inconsciente se estrutura como linguagem; para a formulação dessa concepção, o autor da psicanálise utilizou como ponto de partida as contribuições de Saussure a respeito da relação entre significante e significado na constituição do signo. Em Saussure, o signo se constitui na relação entre duas instâncias, o significante (correspondente sonoro) e o significado (correspondente conceitual), sendo assim, na linguagem, a presença de um desses elementos acaba por evocar o seu referente (VICENZI, 2009).

A adaptação de Lacan consiste na elevação do significante como fator primordial para a dinâmica do inconsciente, e que o sentido se dará na relação entre os significantes. Nas palavras de Castro (2009): “em lugar de referir-se diretamente a um significado, cada significante remete a outros, num processo infundável, tal como as palavras num dicionário conduzem a outras palavras, e não a coisas.” (p. 5). Pode-se pensar que em Lacan há uma espécie de subversão da concepção de significação, dada a primazia do significante.

Por fim, trataremos do registro do real. Como apontam Souza e Neves (2019), o real apresenta diferentes possibilidades de conceituação na teoria lacaniana, sendo comumente referido como aquilo que não pode ser simbolizado. Saflate (2017) define o real como “um campo de experiências subjetivas que não podem ser adequadamente simbolizadas ou colonizadas por imagens fantasmáticas” (p. 77). Tal impossibilidade de simbolização e de vinculação com a fantasia diz respeito ao caráter disruptivo e traumático do real. Žizek (2003) entende que a realidade vivenciada pelo sujeito – estruturada e organizada a partir da fantasia – é atravessada pelo real, ou seja, pelo trauma, por aquilo que é impossível de ser significado pelo sujeito, e detém caráter de ficção.

Nesse ponto, parece necessário retomar as reflexões que Lagoas (2016) nos oferece acerca da constituição do sujeito “à deriva da realidade” (p. 94). Juntamente com o caráter alucinatorio presente na relação primeva do sujeito com a realidade, subsiste uma dimensão dessa relação que não é passível de ser simbolizada, cuja discussão é possível a partir do conceito lacaniano de *Das Ding*.

Lacan (1986/2008) trata, no seminário 7, entre outras coisas, de uma espécie de “divisão original da experiência da realidade” (p. 67). De um lado, há na relação do sujeito com os objetos a elaboração de representações reguladas “segundo as leis do *Lust* e *Unlust*, do prazer e do desprazer, naquilo que se pode chamar de entradas primitivas do sujeito” (p. 67), ou seja, trata-se aqui da relação do sujeito com a realidade desencadeada pela alucinação. Nessa

dimensão, como evidenciado anteriormente, são realizados registros de memória acerca da maneira como foi possibilitada a satisfação. Sobre isso, Pimenta (2009) argumenta que no *Projeto*, Freud demonstra que os registros mnêmicos formam “trajetos de satisfação” (p. 68), o que na obra de Lacan apresenta-se como cadeia significante.

Por outro lado, Lacan elenca outra faceta da relação do sujeito com a realidade. Diferentemente da primeira citada, essa dimensão trata de algo que não pode ser simbolizado, e aqui se encontra sua relação com o conceito lacaniano do real. Lacan (1986/2008) conceitua *Das Ding* como um objeto perdido para o sujeito, mas que, de alguma maneira, não pode ser reencontrado. Sobre esse conceito de Lacan, Pimenta (2009) argumenta que ele concerne à relação do sujeito com o outro, que, diferentemente de um vínculo que proporcione trajetos de satisfação, não possibilita o encadeamento de significantes. Pimenta (2009) vislumbra a mãe, enquanto outro, como o objeto que, em determinado momento da vida primitiva do sujeito, torna possível a satisfação apenas quando tal possibilidade atende a seus critérios, não mais a uma lógica de chamados por parte do sujeito. Nesse ponto, perde-se a estrutura da cadeia significante, baseada no “par de oposição significante” (p. 80), a saber, presença e ausência.

Já a mãe como *Das Ding* [...] entra em cena no segundo tempo da dialética da frustração, pois a mesma não responde mais na regularidade do chamado, só responde a seu critério. Ela sai, assim, da estruturação e torna-se uma potência, uma peça solta que não estabelece uma regularidade argumentativa. Essa mãe tem todas as afinidades com esse *Das Ding* que, por sua vez, também subsiste fora da estruturação. Não é uma coisa, como as outras, que pertencem ao mundo externo, já que não está estruturada pela presença-ausência, ou seja, pelo par de oposição significante. (PIMENTA, 2009, p. 80)

Sobre *Das Ding*, Lagoas (2016) argumenta que Freud compreende os objetos da percepção como dotados de duas dimensões, a primeira seria *Das Ding* e a outra os registros de memória. Quando a criança se depara com o outro e não reconhece ou reencontra por meio da memória alguma característica que lhe é conhecida, ou seja, não possui alguma referência, é aí que *a Coisa* se apresenta. O autor destaca que, em meio ao vazio de referências, o sujeito vivencia uma transição dos caminhos de satisfação de caráter alucinatório para o estabelecimento daquilo que constituirá os processos secundários, a saber, a transição das *identidades de percepção* para as *identidades de pensamento*. Nesse sentido, o conceito de *Das Ding* assume grande relevância para compreensão da relação do sujeito com a realidade. Estabelece, entre outras coisas, que na experiência com a realidade o sujeito vivencia uma perda, uma falta, que lhe é impossível conhecer e compreender, e que daí resulta uma série de consequências, como a possibilidade de adentrar os processos secundários.

Correlativamente, a Coisa prescreve, como um fato incontornável, a ambiguidade segundo a qual o sujeito experimenta o objeto como algo que foi perdido, mas que, ao mesmo tempo, só se constitui em função dessa perda. (p. 116)

Diante do que foi exposto até aqui, podemos destacar o desejo, enquanto conceito chave, para a compreensão da relação do sujeito com a realidade. Disso, pode-se depreender que a maneira como o sujeito percebe e vivencia a realidade exterior se estabelece por meio de uma série de elementos concernentes ao inconsciente. A partir da obra de Lacan (1959-60/2008), em especial com as concepções do real e de *Das Ding*, a relação do sujeito com a realidade é caracterizada por uma dimensão impossível de ser simbolizada. Para a próxima etapa deste trabalho, penso que seja necessário realizar uma articulação entre o sujeito do inconsciente e a ciência, para que posteriormente possamos compreender como se dão as implicações do discurso negacionista.

2.1 O sujeito a que se refere a psicanálise

Interessante notar que o sujeito do inconsciente proposto pela psicanálise se apresenta como um sujeito dotado de algo que não se explica na razão, na consciência, ou mesmo no contato sensorial com o mundo. Nesse sentido, Lagoas (2016) comenta que na psicanálise há um esforço para “reintroduzir no campo da racionalidade” (p. 91) alguns aspectos que lhe estavam excluídos:

Mas eis justamente o que Freud quer reintroduzir no campo da racionalidade científica: o ilusório, o fictício, o incoerente; mais precisamente, extrair a lógica que preside sua constituição. (LAGOAS, 2016, p. 91)

Esse movimento da psicanálise se dá em um contexto no qual a racionalidade científica instaura na modernidade uma razão que, segundo Luz (2019), exercerá sua influência em duas principais correntes: a razão enquanto “princípio único ou absoluto do conhecimento, e o da experiência empírica como critério único do estabelecimento das verdades relativas à natureza” (p. 63). A autora argumenta que essa nova concepção de razão trará como um de seus efeitos a divisão do sujeito entre aquilo que é racional e suas demais dimensões, como as “paixões, sentidos e vontade” (p. 64).

Diante disso, como poderia Lacan (1966/1998, p. 873) afirmar que “o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência”? Para que o aforismo lacaniano faça sentido, é preciso entender o significado da revolução científica que marca a emergência do sujeito moderno. A revolução galileiana subverte a relação do homem com o mundo, de tal maneira que a organização da realidade, expressa pela noção de cosmos, ou seja, de uma realidade organizada, com qualidades e sentidos, é desfeita em nome de uma nova concepção da realidade. O real da ciência moderna é infinito, sem qualidades e hierarquias (JAPIASSÚ,

1997). A ciência moderna possibilita, entre outras coisas, a abordagem da realidade física a partir da linguagem matemática: “a matemática não constituía uma realidade objetiva, mas uma formulação do conhecimento humano dessa realidade” (JAPIASSÚ, 1997, p. 61). Como síntese da revolução científica moderna, destaco a afirmação de Calazans (2006), a qual diz que o valor da ciência moderna se dá na renúncia do realismo e no retorno de “sua atenção para artificialização sem qualidades que caracteriza o pensamento científico” (p. 274).

Biazin e Kessler (2017) argumentam que o sujeito a que se refere Lacan é também um sujeito desprovido de qualidades, que só pode ser compreendido a partir da aparição do conhecimento científico, e, desse modo, a psicanálise não se prestaria a “qualquer tentativa de substancializá-lo” (p. 421). Biazin e Kessler (2017) esclarecem que, na visão de Lacan, o inconsciente, ao se estruturar por meio da linguagem, possibilita à psicanálise tratar o sujeito que daí resulta como sem qualidades. Para os autores, no diálogo com a linguística estrutural de Saussure, Lacan, inscrevendo o significante – e não o significado, como afirmava Saussure – como primordial, acaba por retratar o sujeito do inconsciente “como a consequência dos jogos significantes” (p. 421). As palavras de Calazans (2006) explicam a ideia de que o mundo sem qualidades do pensamento científico é condição para que se instaure o lugar do sujeito do inconsciente:

Eis a razão de a psicanálise tratar do sujeito como um efeito da falta de qualidades que afeta um mundo em que a atividade científica é possível. O sujeito é uma resposta frente à perda de qualidade tanto do mundo quanto do pensamento. (CALAZANS, 2006, p. 280)

Nesse sentido, percebe-se que o pensamento científico moderno possibilita a compreensão da realidade como sem qualidades, e a psicanálise trata do sujeito que opera nessa relação com o mundo, um sujeito que reivindica a qualidade (CALAZANS, 2006). A tarefa que nos impõe é contextualizar esse sujeito a que se refere a psicanálise no pano de fundo de nosso trabalho, um cenário de movimento político que viabiliza e promove o discurso do negacionismo científico.

2.2 O sujeito em meio ao discurso político

O discurso do negacionismo científico que tratamos de analisar no presente trabalho tem como pano de fundo o discurso da política, isto é, o fenômeno do negacionismo em um contexto de movimento político. Nesse sentido, parece necessário revisar a literatura da psicanálise que versa sobre as relações entre o sujeito e o social, e conseqüentemente as implicações subjetivas daí recorrentes.

Em sua obra *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (1921/2011) inicia as discussões a partir de uma reflexão acerca da indispensabilidade da psicanálise em investigar e compreender a implicação do social no psiquismo humano. O autor afirma que, mesmo adquirindo conhecimentos substanciais a respeito do sujeito, das "disposições, dos impulsos instintuais, dos motivos, das intenções do indivíduo nas suas ações e nas relações com os mais próximos" (p. 12), ainda seria insuficiente dado o grau de influência das massas, na maneira como o sujeito "pensa, sente e age" (p. 12).

A respeito do que seria esse social, Freud (1921/2011) inicia sua reflexão a partir da obra do sociólogo francês Gustave Le Bon, *Psicologia das Massas*, na qual, Freud irá perceber que a descrição de Le Bon, acerca daquilo que configura a alma das massas, trata de uma série de fenômenos abordados pela psicanálise relacionados à "vida anímica dos povos primitivos e das crianças" (p. 18), bem como sobre a "validez de identificar a alma da massa com a dos povos primitivos" (p. 20). Tal postulado se deve às características da massa apresentadas por Le Bon, entre elas:

Tem o sentimento da onipotência; a noção do impossível desaparece para o indivíduo na massa. A massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por uma instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza (FREUD, 1921/2011, p. 18).

Sobre as considerações de Le Bon, e posteriormente de McDougall, outro autor que se dedicou ao estudo das massas, Freud (1921/2011) percebe que ambos compartilham a ideia de que a *sugestionabilidade* das massas deve ser vista como um dos fatores essenciais para compreensão dos comportamentos individuais em meio à multidão. A sugestão, espécie de indução ou contágio possibilitado pela massa, provoca, entre outras coisas, a diminuição da capacidade de pensamento e a proliferação de estados afetivos compartilhados entre indivíduos. O que a psicanálise irá inserir de novidade nessa reflexão é a perspectiva de compreensão dos elementos psíquicos que permitem a união dos indivíduos em uma massa. Nesse sentido, Freud (1921/2011) indica que os aspectos libidinais influem na ligação afetiva entre membros da multidão.

Para Freud (1921/2011), a libido diz respeito ao caráter quantitativo dos "instintos relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra 'amor' (p. 32)", e as relações do sujeito com os mais variados objetos se dão em torno das relações libidinais. A hipótese freudiana é de que a massa é constituída em torno de relações libidinais, sejam elas a um líder, uma ideia, e mesmo entre os sujeitos que a compõem. Aqui parece interessante destacar que, se

os integrantes da massa compartilham de ligações de amor, àqueles que não compõem a massa é destinada uma tendência de agressividade. Nas palavras de Queiroga e outros (2016): “[...] os indivíduos que não estiverem entrelaçados por esse amor serão alvo de intolerância e crueldade” (p. 115).

As concepções elaboradas por Freud (1921/2011) em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* indicam que as relações libidinais presentes na massa são evocadas por duas principais dimensões: a da identificação e de uma espécie de idealização do líder. Acerca da primeira, o autor irá destacar que no processo de constituição do sujeito, este se utiliza de características de alguns objetos e os faz de parâmetro ou modelo: “percebe-se apenas que a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por modelo” (p. 48). Já em relação às idealizações, Freud (1921/2011) relata que a psicanálise havia percebido que o sujeito passa por uma transição afetiva para poder relacionar-se de maneira duradoura com determinado objeto. Sobre isso, vai argumentar que a satisfação da libido não inibida na meta, ou seja, por meio da relação sexual propriamente dita, é possibilitadora de satisfação direta, porém é dotada de caráter provisório. Nesse sentido, há por parte do sujeito a disposição de manter um amor duradouro caracterizado por instintos inibidos em sua meta, aqui se encontram as manifestações afetivas não sexuais, por exemplo. Freud comenta que, no estado de *enamramento*, o sujeito passa a idealizar o objeto do amor, e este passa a “gozar de uma certa isenção de crítica, de todos os seus atributos serem mais valorizados que os de pessoas não amadas” (p. 54).

Em não poucas formas da escolha amorosa torna-se mesmo evidente que o objeto serve para substituir um ideal não alcançado do próprio Eu. Ele é amado pelas perfeições a que o indivíduo aspirou para o próprio Eu, e que através desse rodeio procura obter, para satisfação de seu narcisismo. (FREUD, 1921/2011, p. 55)

Em síntese de suas contribuições, Freud (1921/2011) argumenta que a psicanálise nos permite compreender como nas massas – especialmente na figura do líder ou da ideia que une os indivíduos – os sujeitos fazem com que o “objeto seja colocado no lugar do Eu ou do ideal do Eu” (p. 56). Sobre isso, Castro (2016) pontua que o ideal do Eu detém em Freud uma dimensão de controle, visto que orienta o sujeito em relação àquilo que é aceitável e correto. No momento em que a liderança da massa assume o papel de ideal do Eu, a instância de controle passa a deter caráter exterior ao sujeito, nas palavras do autor: “o fato de substituí-lo por um objeto externo tem o efeito de desabilitar o autocontrole – ou, mais precisamente, de terceirizar o controle” (CASTRO, 2016, p. 155).

Como exemplificações para o conceito de massa, Freud (1921/2011) faz uso de dois agrupamentos caracterizados pela relativa organização e permanência ao longo do tempo: o

exército e a igreja, sobre os quais realiza uma série de reflexões acerca das características de seus líderes e da maneira como os indivíduos interagem entre si e com suas lideranças. Visto que o presente trabalho apresenta o discurso do negacionismo científico em um cenário de movimento político, parece de grande relevância as contribuições da Psicologia das Massas e Análise do Eu. A partir desse enfoque, analisaremos posteriormente os afetos presentes no grupo político que empreendem o discurso de negação da ciência, bem como o papel exercido pela liderança.

Penso que seja relevante destacar que pesquisadores têm feito uso da *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (FREUD, 1921/2011) – em articulação com outros autores – com a finalidade de compreender fenômenos contemporâneos relacionados à violência e à intolerância. Rinaldi (2021) faz um trabalho de análise do ódio e da segregação, e suas manifestações nos espaços virtuais na internet. Em suas considerações, afirma que em um contexto marcado pela concepção de caos social, “cujos principais elementos são a insegurança, a violência e a corrupção” (p. 61), o sentimento negativo do ódio parece funcionar como ideia agregadora da massa. Sobre o papel exercido pelo líder nesse contexto, a autora afirma que:

Nesse contexto, vemos ressurgir o líder pelo avesso, que, ao encarnar o discurso do ódio, veiculado de forma maciça pelas redes sociais, não lidera, mas libera, como alguns têm apontado: libera o gozo da destruição do outro, só por ele ser o outro.

Castro (2016), por sua vez, tratou de investigar as massas sob a perspectiva dos movimentos políticos no contexto das redes sociais. As reflexões do autor apontam para um novo momento e, conseqüentemente, para novas características das massas, quando situadas no ambiente virtual. Em suas análises, sublinha que, nas redes sociais, há uma realidade fragmentada, e, conseqüentemente, a emergência de um único líder capaz de aglutinar multidões é dificultada. Castro (2016) realiza comparações entre massas mais organizadas, como no caso de partidos políticos, e massas de perfis fragmentados, aqui estão situadas as multidões no ambiente virtual. Em sua concepção, o “novo estilo de organização política, todavia, ainda precisa comprovar uma eficácia duradoura” (p. 161), especialmente pelo fato de que as massas virtuais demonstram um caráter mais negativo, de confronto com poderes já instituídos.

Além das reflexões oriundas da *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (FREUD, 1921/2011), outra possibilidade aventada pela literatura psicanalítica para a compreensão das implicações do social perante o sujeito pode ser identificada no diálogo que foi estabelecido entre a Análise do Discurso e a obra de Lacan. Nesse aspecto, esse referencial parece frutífero para o presente trabalho, especialmente pela importância que a concepção de ideologia ocupa nesse diálogo. Magalhães e Mariani (2010) comentam que a análise do discurso de Pêcheux

trata de um sujeito – aqui se encontra parte considerável do diálogo com Lacan – como efeito de linguagem.

[...] falar do sujeito é falar de efeito de linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, que traz marcas do discurso do Outro, o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer nem controla tudo o que diz. (MAGALHÃES e MARIANI, 2010, p. 403)

Dito isso, o sujeito, ao se constituir na linguagem, está simultaneamente imbricado pelo registro do simbólico e pela interpolação da ideologia. Os traços da alienação do sujeito se dão em parte por meio de falsas concepções idealistas, ou seja, a equivocada pretensão e compreensão do sujeito em ser o produtor originário de sua consciência, pensamento e ação no mundo (MAGALHÃES e MARIANI, 2010). A Análise do Discurso em articulação com a Psicanálise será melhor abordada no capítulo III deste trabalho, uma vez que ambos os referenciais serão utilizados como perspectivas para a compreensão do discurso do negacionismo científico na contemporaneidade brasileira.

As reflexões realizadas por Freud (1921/2011) acerca do funcionamento das massas provoca-nos a pensar qual é o lugar dos afetos no movimento político que profere o discurso negacionista. Pensar a negação da ciência sob a perspectiva da psicologia das massas é levar a análise para além da construção intelectual do discurso, passando a observar as funções e implicações que os afetos nele operam.

CAPÍTULO III

OS DISCURSOS DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Uma vez contextualizado o cenário brasileiro contemporâneo e as marcas do negacionismo científico nele presente – trabalho realizado no capítulo I –, partimos para análise da literatura psicanalítica em busca do entendimento de como se dá a relação sujeito com a verdade e a realidade, bem como a maneira que se articulam as dimensões individual e social da subjetividade. No presente capítulo, buscaremos compreender, sob a perspectiva da Análise do Discurso, em diálogo com as contribuições teórico-clínicas da psicanálise, como opera no nível discursivo o negacionismo científico na realidade brasileira contemporânea e quais são suas implicações para o sujeito.

Para isso, foram realizadas análises de publicações e documentos de domínio público disponíveis na internet: pronunciamentos de autoridades políticas veiculados em mídias tradicionais (televisão, jornais impressos, rádios), ou por meio de redes sociais online; reportagens de mídia tradicional (televisão, jornais impressos, rádios); documentos oficiais de campanhas políticas. Pretende-se, neste capítulo, investigar fenômenos sociais, culturais e psicológicos que se relacionam com os discursos de negacionismo científico no contexto brasileiro contemporâneo, em especial no que diz respeito a suas condições de produção, seus determinantes ideológicos, históricos e culturais, e à posição do sujeito nesses discursos. Para tal tarefa, será de grande relevância a interlocução do referencial teórico da psicanálise com a Análise de Discurso.

Acredita-se que a análise dos discursos negacionistas será capaz de revelar algumas das configurações epistêmicas, políticas e ideológicas, nas quais se organizam as modalidades de subjetivação e de sofrimento psíquico características de nossa época.

3.1 O discurso negacionista e as marcas da pós-verdade

Observando o cenário do negacionismo científico tendo como eixo o movimento político conservador liderado pelo atual presidente da República, percebe-se que há uma dimensão pragmática de ações que negam, parcialmente ou integralmente, conhecimentos ou a própria comunidade científica. Nas análises do capítulo I, indicamos uma série de ações do governo que apontam nesse sentido: desmantelamento dos programas governamentais de apoio à pesquisa científica; embates com o meio acadêmico e cortes de investimentos nas

universidades públicas; questionamento de dados científicos fornecidos por repartições públicas, quando esses, em alguma medida, contrapõem certas concepções políticas do governo ou de apoiadores; diversas ações ou inações no contexto da pandemia, deslegitimando contribuições científicas acerca da prevenção de contágio do novo Coronavírus, promovendo o uso de medicamentos sem comprovações científicas e questionando organizações governamentais e multilaterais que tratam da saúde sob ótica científica, entre elas a Organização Mundial da Saúde.

Assim como em outros exemplos de negacionismo científico, como no caso da *Agnotologia* – termo cunhado por Robert Proctor e apresentado neste trabalho a partir da leitura de Leite (2014) –, o discurso do presidente da República e de seu movimento político não apresenta uma afirmativa clara e objetiva de aversão ou negação à ciência. O pensamento científico, enquanto prática de produção teórica e de tecnologias, não é posto de maneira formal como um inimigo a ser combatido, mas percebe-se que, em diversos momentos, a ciência é colocada como um instrumento político utilizado ou manipulado por adversários. Aqui destaco a teoria de que a Organização Mundial da Saúde seria, de algum modo, agente promotor dos interesses do Partido Comunista Chinês. Tal tese, difundida entre apoiadores do Presidente da República, foi defendida publicamente pelo Secretário de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República, Ailton Benedito. Depois de publicar um artigo em site de movimentos de direita, comentou em sua rede social:

Serviçal da ditadura comunista da China comanda a OMS (aqui fazia referência ao diretor da organização), entidade que governadores e prefeitos do Brasil dizem seguir no enfrentamento da pandemia do vírus chinês coronavírus. Entretanto, nenhum eleitor votou naquele sujeito para comandar Estados e Municípios do Brasil. (PRAZERES, 2020)

No dia 27 de maio de 2021, o presidente Jair Bolsonaro afirmou em sua conta pessoal no Twitter que há por parte da mídia e dos partidos de esquerda o uso de “um discurso pseudocientífico para disfarçar a demagógica politização do vírus”, fazendo referência às medidas de distanciamento social. Percebe-se novamente que, em cenários de negacionismo, a ciência não se torna alvo direto de discursos aversivos, mas sim a possível politização e deturpação de seu uso. Durante o contexto da pandemia, foi recorrente a publicização de médicos promovendo o uso de medicamentos não comprovados para tratamento da Covid-19, em semelhança ao que foi relatado por Vasconcellos e outros (2015) acerca do papel exercido por pesquisadores e publicações em revistas científicas na difusão de concepções falsas a respeito de vacinas. Segundo os autores, uma espécie de selo científico torna o pressuposto relevante e respeitável, ainda que incorreto no seu conteúdo.

Por meio da Análise do Discurso, será analisado o discurso de negação da ciência para além dos elementos que são declarados, observando, entre outros aspectos, a relação entre aquilo que é dito e o não dito (ORLANDI, 2007). Žižek (1996), em referência às possibilidades oferecidas pela Análise do Discurso e seu diálogo com a psicanálise, comenta que por meio dessa perspectiva é possível analisar como se estrutura o espaço simbólico no qual o sujeito está inserido. O autor destaca que “fatos nunca *'falam por si'*, mas são sempre levados a fazer por uma rede de mecanismos discursivos” (p. 17). E assim como foi evidenciada a dimensão do não dito nas formações discursivas, deve-se atentar para outros elementos de linguagem:

[...] devemos ter em mente aqui o lema de Lacan de que no real não falta nada: toda percepção de uma falta ou de um excesso ("não há bastante disso", "há demais daquilo") implica sempre num universo simbólico. (ŽIŽEK, 1996, p. 17)

Em relação ao cenário brasileiro, acredita-se que o discurso do negacionismo científico opera a partir da articulação entre diferentes fenômenos sociais característicos de nosso tempo. Entre eles, a disseminação de notícias falsas e de teorias da conspiração – localizados especialmente em ambientes virtuais – serão os primeiros analisados. Santaella (2018) destaca a grande variabilidade de concepções acerca das notícias falsas, sejam elas: a proliferação de informações falsas; publicação de opiniões como se fossem fatos; notícias que em seu conteúdo demonstram veracidade, porém em suas chamadas e títulos trazem elementos falsos. A autora comenta que uma das novidades da contemporaneidade em relação às notícias falsas diz respeito ao papel das redes sociais, nas quais, diferentemente do que ocorria na imprensa tradicional, os indivíduos são ativos no processo de publicação; em suas palavras: “a autoridade e a habilidade para publicar agora passam de mão em mão” (SANTAELLA, 2018, l. 288). O mesmo pode igualmente ser verificado na propagação de teorias da conspiração. Lembremos dos comentários do atual presidente acerca das eleições gerais de 2018: “a minha [eleição] foi fraudada, tenho indício de fraude na minha eleição. Era para eu ter ganhado no 1º turno” (HOMERO, 2021). Ou a colocação de que nunca havia se referido à Covid-19 como uma “gripezinha”, informação que, quando confrontada com a própria fala do presidente, pôde ser classificada como falsa.

O que se observa no contexto brasileiro é a recorrência e a união de diversos elementos de notícias falsas e teorias de conspiração, de maneira que são reverberadas pelas lideranças políticas e por apoiadores. Pode-se, então, demarcar como característica discursiva do movimento político do presidente a irracionalidade dos postulados, no sentido da falta de lógica ou sustentação factível daquilo que é proferido e compartilhado.

Dunker (2017) aponta que um dos principais fenômenos da contemporaneidade é a pós-verdade. Para o autor, a emergência de teorias de conspiração e de outros fenômenos acaba por instituir outra verdade: “de maneira modificada, vários aspectos pré-modernos da verdade, ou seja, uma verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito” (p. 8). Segundo Dunker (2017), no contexto da pós-verdade, mais do que a ocorrência de relativismos acerca da verdade e da realidade, outros aspectos têm de ser considerados. Destaca-se aqui a concepção do autor de que é necessário compreender a temporalidade da verdade que emerge na pós-verdade:

Afim a pós-verdade é antes de tudo uma verdade contextual, que não pode ser escrita, posta no bolso e reapresentada amanhã, como garantia de fidelidade, compromisso ou esperança gerada pela palavra. (DUNKER, 2017, p. 9)

Diante disso, depreende-se que, em meio a verdades contextuais, não há a responsabilidade da palavra, de uma espécie de posicionamento que se afirme no decorrer no tempo ou das relações intersubjetivas. Nesse sentido, as reflexões de Dunker (2017) acerca da pós-verdade e sua relação com as redes sociais têm muito a dizer. O autor comenta que a linguagem das redes sociais, diferentemente da interação presencial entre indivíduos, introduz novas dimensões: “o segundo traço da pós-verdade é que sua retórica é icônica” (p. 17), “lembrando que o ícone é uma imagem para ser vista ou percebida imediatamente” (p.20). Em ambientes virtuais, seja por meio de mensagens instantâneas ou de publicações, a interação com o outro é previamente elaborada, seus detalhes são editáveis. Quais seriam as implicações disso para a interação e para relação do sujeito com a verdade?

Dunker (2017) comenta que, em interações fora do ambiente virtual, a dinâmica entre sujeitos é dotada de uma série de elementos que não são possíveis naquele ambiente: “na fala, [...] estamos 'amarrados' na situação, presos em um jogo de ‘risco’ no qual as coisas devem ser decididas em ‘tempo real’” (p. 20). Quando o sujeito interage com o outro na realidade objetiva, há um intervalo de tempo entre palavras e frases, há momentos de fala, de escuta, de realização em tempo real da avaliação por parte do indivíduo acerca do conteúdo de sua fala, dentre outros elementos. Sobre isso, Dunker (2017) faz uso das reflexões de Lacan acerca da transição entre fala vazia e fala plena que ocorre durante a clínica psicanalítica.

[...] falar colocando-se realmente no que a gente diz e escutar os efeitos do que a gente diz, sem que suas consequências fiquem esquecidas por trás de tantos ditos, repetidos, pré-fabricados e vazios, é de fato uma experiência muito difícil e rara. Quando isso acontece, nossa ligação com o outro se modifica, ele não será mais indiferente nem apenas um meio para que nossa demanda funcional seja atendida. (DUNKER, 2017, p. 19)

Importante ressaltar que tal manifestação de fala plena não ocorre em toda e qualquer interação presencial, o que se coloca é a maior dificuldade de sua ocorrência em ambiente

virtual. Sobre a linguagem icônica das redes sociais, parece possível estabelecer algum paralelo entre esse modo de interação e o *modus operandi* da comunicação política. Vejamos dois modelos de comunicação política: (i) a comunicação política profissional enquanto serviço publicitário; (ii) o compartilhamento de posicionamento político por intermédio de militantes ou simpatizantes. Em ambos os casos, a linguagem e a interação é editada e personalizada de acordo com objetivos previamente estabelecidos, normalmente por intermédio de *slogans* e frases prontas repetidas à exaustão. O caráter icônico da linguagem virtual parece ser ainda mais reverberado quando o assunto é política. Os embates entre militâncias apresentam a tendência de não considerar a presença do outro, mas sim de fazer ser ouvido o seu posicionamento.

Por meio da proliferação de notícias falsas, teorias de conspiração, da ocorrência de verdades contextuais e de uma “retórica icônica” (DUNKER, 2017, p. 17) no que diz respeito às interações intersubjetivas, a contemporaneidade apresenta-se como um contexto propício para o enfraquecimento dos postulados básicos da ciência. Sobre isso, percebe-se a diminuição do apelo ou da promoção da racionalidade nos diferentes espaços sociais; a maneira como os indivíduos lidam com a realidade e a verdade trazem fortes marcas de períodos pré-modernos, assim como foi apontado por Dunker (2017).

Até aqui, pensamos o negacionismo científico a partir de notícias falsas e de teorias de conspiração, o próximo passo será dado na tentativa de compreender outros dois fenômenos que também estão presentes de maneira significativa nos movimentos políticos liderados pelo atual presidente da República, são eles: a luta pela liberdade de expressão e o enfrentamento ao politicamente correto. Espera-se que, a partir dessa análise, seja possível investigar de maneira mais incisiva a dimensão psicológica do negacionismo contemporâneo.

3.2 Liberdade de expressão e negacionismo científico

Desde a campanha eleitoral para as eleições gerais de 2018, entre as pautas que foram abordadas pelo movimento político conversador do atual presidente da República, a temática da liberdade figurou como um dos mais importantes eixos para as discussões e propostas políticas. No Plano de Governo (2018), documento que organiza as propostas do então candidato Jair Bolsonaro, é apresentado o seguinte slogan: “Brasil livre”, seguido da descrição: “Propomos um governo decente [...] que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade”. Em outros momentos, deixa claro que o país viverá as benesses de se livrar “do crime, da corrupção e de ideologias perversas”, e que “não permitiremos que o Brasil

prossiga no caminho da servidão”. No discurso de posse, o presidente afirmou: “e me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BRÍGIDIO e GULINO, 2019).

De fato, a problemática da liberdade, em termos gerais, e também da liberdade de expressão apresentou-se como uma pauta importante para o movimento político conservador no momento posterior às eleições. Diante disso, nossa primeira tarefa será a análise do princípio da liberdade de expressão sob o ponto de vista histórico, para que, posteriormente, possamos compreender a realidade contemporânea.

Neste ponto, faz-se necessário elevar novamente o debate acerca da modernidade e das implicações por ela causadas. A liberdade, aponta Renaut (1998), será percebida como autonomia e autodeterminação do indivíduo somente após a emergência da concepção de homem característica da modernidade. Aqui, retomemos os elementos que caracterizam o mundo pré-moderno, tratado anteriormente de maneira indireta na discussão do sujeito a que se refere a psicanálise. Renaut (1998) argumenta que a concepção de homem na modernidade é caracterizada pelos seguintes aspectos:

O ser-humano nela é concebido e afirmado como fonte de suas representações e de seus atos, seu fundamento (*subjectum*, sujeito) ou, ainda, seu autor: o homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza das coisas; nem de Deus, mas que pretende fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e de sua vontade. (RENAUT, 1998, p. 10)

Retomar esses pressupostos é de grande relevância para entendermos que tipo de liberdade é exaltada e buscada pelo movimento político conservador brasileiro. Nesse sentido, parece haver uma identificação com ideais liberais de política moderna, que tratam da liberdade individual como um de seus fundamentos. Segundo Sankiewicz (2017), na perspectiva liberal, a liberdade de expressão pode figurar como uma espécie de “imperativo moral fundado na proteção da autonomia individual” (p. 22). Para o autor, ao pesarmos a liberdade de expressão enquanto valor do indivíduo, tratamo-la como um “bem humano primordial, uma condição basilar para uma vida boa e digna” (p. 22). Além dessa possibilidade de compreensão, Sankiewicz (2017) apresentará a liberdade de expressão enquanto condição para que a democracia vigore, e também como “instrumento para busca da verdade” (p. 26). Esta última parece conter contribuições significativas para o presente trabalho.

Sankiewicz (2017) apresenta a teoria do "mercado de ideias" como um dos modelos que versa sobre o fundamento da liberdade de expressão. Tal teoria parte do pressuposto de que a liberdade de expressão opera “como um instrumento para a busca da verdade ou a obtenção da

melhor decisão possível” (p. 26). Ao comentar as concepções dessa teoria, Sankiewicz (2017) faz uso dos argumentos apresentados por John Stuart Mill, importante filósofo e economista britânico. O primeiro deles é que posicionamentos anunciados por indivíduos devem ser considerados, ainda que sejam impopulares. Se forem silenciados, pode-se perder “a oportunidade de trocar o erro pelo acerto” (p. 26). O segundo argumento diz respeito ao proveitoso embate de ideias: por meio do confronto entre pontos de vista há uma oportunidade significativa de aproximação de uma verdade, e para que isso seja possível, a liberdade de expressão é essencial. Por fim, argumenta que mesmo ideias falsas não podem ser suprimidas, visto que a ideia, hipoteticamente verdadeira, prevaleceria “como uma espécie de dogma e não por seus próprios méritos” (p. 27).

Apresentadas algumas concepções históricas de busca da liberdade de expressão, voltemos à realidade brasileira contemporânea. No mês de maio de 2021, a imprensa noticiou que o Governo Federal estava elaborando um decreto para regulamentação do Marco Civil da Internet, com objetivo de criar mecanismos que impedissem redes sociais de excluírem conteúdos publicados em suas plataformas. O argumento do governo parte do princípio de que o ato de supressão ou retirada de conteúdos deve ser exclusivo do poder judiciário, e não viabilizado por meio dos códigos de conduta de cada rede. Para justificar esse posicionamento, a Secretaria Especial de Cultura argumentou que “tal norma evita que decisões do tipo, tão sensíveis à liberdade de expressão e de imprensa, possam ser tomadas com base em interesses econômicos ou ideológicos” (PAIVA, 2021). A iniciativa do Governo Federal surge após a retirada de postagens de diversos perfis, especialmente de apoiadores do presidente:

Carlos Bolsonaro e o próprio presidente já tiveram postagens marcadas como falsas. Foi o que aconteceu em 2020 com o vereador, em publicação de humor no Instagram na qual checadores da entidade independente a International Fact-Checking Network marcaram como enganosa. Durante a pandemia, o presidente teve fotos em que aparecia em aglomerações excluídas pelo Twitter, Facebook e Instagram por terem violado parâmetros de informação no combate ao novo coronavírus. (PAIVA, 2021)

Em defesa dessa ação, Jair Bolsonaro afirmou: “estamos provando aqui agora com nosso ministro Fábio Faria, das Comunicações, o quanto nós necessitamos de liberdade” (PAIVA, 2021). A hipótese que assumo neste trabalho é de que o anseio pela liberdade de expressão é o elo que permite compreender o vínculo entre os fenômenos das notícias falsas, teorias de conspiração e a luta frente ao politicamente correto. A fala de Olavo de Carvalho – representante intelectual do conservadorismo brasileiro contemporâneo –, em um vídeo publicado por Jair Bolsonaro, nos dá indícios desse elo a que me refiro:

Todo esse código politicamente correto, essa besteira toda, faz um mal desgraçado. Por quê? Porque você tem medo de ser punido pela violação e a partir da hora que

“você tem medo de dizer as coisa como você as vê, você reprime a sua visão. Porque no século XX, agora XXI, todo mundo está sendo submetido a esse tipo de opressão. Se você vê um homem que diz que é mulher, você tem que dizer que ele é mulher, se não você pode ir para a cadeia. Como que é isso? Então eu estou vendo um rinoceronte e tenho que dizer que é uma galinha. (SOARES, 2020)”

Ora, parece-nos que o discurso do negacionismo científico tem como pano de fundo, ou mesmo como um de seus principais aspectos, a associação entre liberdade de expressão e a luta contra o politicamente correto. Dessa maneira, pode-se dizer que a liberdade de expressão é a maneira encontrada pelos movimentos políticos conservadores de legitimar seus posicionamentos, torná-los admissíveis, ainda que tenham em suas raízes aspectos inverídicos ou mesmo fantasiosos.

Ao mesmo tempo, podemos perceber que o argumento da busca pela liberdade de expressão, e sua articulação com o enfrentamento ao politicamente correto, teorias de conspiração e notícias falsas, permite ao movimento político do atual presidente abrir mão da racionalidade científica enquanto fundamento e aspecto legitimador de seus postulados. A partir dessa reflexão, a tarefa que nos impõe agora é compreender as implicações psíquicas dessa liberdade de expressão, enquanto elemento que permite ao sujeito a suspensão da lógica e da razão.

3.3 A liberdade de expressão do sujeito: o supereu repressivo e imperativo do gozo

Neste tópico, trataremos de analisar, sob a perspectiva da literatura psicanalítica, as implicações psíquicas de uma liberdade de fala caracterizada pelo abandono de referenciais racionais e científicos. Nesse sentido, surge a necessidade de revisitar as contribuições freudiana e lacaniana a respeito da maneira como se constituem as instâncias psíquicas de controle, tal esforço parece essencial para análise da dimensão psicológica dessa liberdade de expressão.

Em *O Eu e o Id*, Freud (1923/2011) discorre sobre a maneira como se estabelece o complexo de Édipo. Segundo o autor, desde muito cedo, o bebê terá a mãe como principal destino de seus investimentos objetivos, algo que aqui já foi abordado nas discussões apresentadas no capítulo II, acerca de *Das Ding* (LACAN, 1959-60/2008). Quanto à relação com a figura paterna, Freud (1921/2011) argumenta que o pai é tomado pelo bebê como um modelo, o processo que permite a elaboração desse modelo sendo estabelecido por meio de identificações. Segundo o autor, “a identificação se empenha em configurar o próprio Eu à semelhança daquele tomado por modelo” (p. 48); entretanto, há, em relação a essa identificação, a passagem de um primeiro momento para o segundo, no qual a figura paterna assume um

caráter hostil, ocasionado pela restrição imposta pelo pai à realização da satisfação sexual da criança com o objeto materno. Pode-se perceber que as relações libidinais trazem consigo uma dimensão ambivalente: “[...] desde o início a identificação é ambivalente, pode tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação” (FREUD, 1921/2011, p. 47).

Nas reflexões apresentadas por Freud (1914/2010), temos acesso a um desenvolvimento do Eu que é caracterizado inicialmente pela presença de um narcisismo primordial. Segundo o autor, anteriormente à constituição do sujeito, o próprio corpo é alvo do investimento libidinal, tanto de si quanto de seus pais. Nesse momento, há a presença de um autoerotismo, o corpo é o objeto de investimento e da satisfação. Freud (1914/2010) argumenta que os pais demonstram na relação afetiva com o bebê uma espécie de “superestimação” (p. 25):

Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições — que um observador neutro nelas não encontraria — e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona, aliás, com a negação da sexualidade infantil. Mas também se verifica a tendência a suspender, face à criança, todas as conquistas culturais que o seu próprio narcisismo foi obrigado a reconhecer, e a nela renovar as exigências de privilégios há muito renunciados. (FREUD, 1914/2010, p. 25)

Nesse ponto, Freud (1914/2010) faz referência a um *Eu ideal* desenvolvido pelo narcisismo primário, um momento em que o Eu é percebido como perfeito. Com o decorrer do processo de constituição psíquica, especialmente por meio da relação ambivalente com o pai e das identificações daí recorrentes, a nova dimensão desse ideal passa a ser instituída por fatores externos ao sujeito. O novo *ideal do Eu* passa a representar uma espécie de parâmetro para o sujeito:

O desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal. (FREUD, 1914/2010, p. 33)

Freud (1923/2011) argumenta que o *ideal do Eu* desenvolve-se a partir do recalque do complexo de Édipo, ao mesmo tempo em que exerce influência para que esse recalque seja realizado. Sobre isso, o autor destaca dois aspectos essenciais do *ideal do Eu*, o primeiro é o estabelecimento de um modelo que se apresenta como uma “advertência: Assim (como o pai) você deve ser” (p. 31), o segundo diz respeito a uma proibição que deriva do complexo de Édipo, ou seja, o sujeito deve ser como o pai, mas também deve considerar que “há coisas que continuam reservadas a ele” (p. 23). Em sua obra *O Eu e o id*, Freud (1923/2011) vai apresentar a concepção de supereu, instância psíquica que influi na relação do Eu com o Isso a partir das elaborações sociais e psicológicas da moralidade, dos valores, etc. Sobre isso, Pena e outros (2020) comentam que o supereu representa, após o recalque do complexo de Édipo, os aspectos

que são suscitados pela figura paterna: “os pais que introduzem a criança em seu sistema de costumes e valores, apontando o que é certo ou errado, vigiando, julgando e punindo a criança, quando necessário, em nome da boa educação” (p. 42).

As noções de ideal do Eu e do supereu são revisitadas por Lacan (1953-54/1986), que estabelece a necessidade de diferenciar os conceitos, visto que, na obra freudiana, por vezes se referem a um mesmo fenômeno. Lacan (1953-54/1986) compreende o supereu enquanto instância psíquica relacionada à lei, assim como aponta a concepção de Freud, porém, o autor irá enfatizar que dele também se pode perceber um caráter tirânico: “[...] é preciso acentuar também, e ao contrário, o seu caráter insensato, cego, de puro imperativo, de simples tirania” (p. 123). Lacan (1953-54/1986) faz uso do papel do supereu na neurose para sustentar sua concepção, argumentando que o neurótico convive com uma moralidade “insensata, destrutiva, puramente oprimente, quase sempre antilegal” (p. 123).

Cordeiro e Bastos (2011) comentam que na obra lacaniana, o supereu não diz respeito aos aspectos de interdição e proibição do psiquismo, mas sim como dimensão psíquica que promove a busca incessante pelo gozo¹. Os autores definem da seguinte forma a incitação que o supereu exerce em Lacan: “é nesse emaranhado de desejo e lei que aparece o supereu como aquele que empuxa ao gozo, exigindo loucamente que se goze daquilo que é proibido desde sempre” (p. 450).

Com relação à concepção de supereu em Lacan, Pena e outros (2020) indicam que os modos de gozo podem estar relacionados à retidão diante da lei, ou mesmo na transgressão desta, ou seja, “o supereu tal qual propõe Lacan, [...] se pode resumir em uma única palavra, mas de permanente ressonância sobre o sujeito: Goze!” (p. 49). Quanto ao ideal do Eu, os modos de gozo vão se servir, de diferentes maneiras, dessas identificações para que possa operar seu caráter imperativo.

Diante do que foi exposto até o presente momento, pretende-se colocar sob a perspectiva dos conceitos de supereu e de ideal do Eu a conjuntura atual da luta pela liberdade de expressão e de enfrentamento ao politicamente correto, que, como dito anteriormente, acredito que compõem o complexo fenômeno do negacionismo científico no Brasil contemporâneo. Como ponto de partida faremos uso das contribuições da concepção do supereu enquanto imperativo de gozo que nos é apresentado por Lacan (1953-54/1986), especialmente no que se refere à busca pelo gozo por meio de transgressão à lei. Aqui, podemos pensar o valor do politicamente

¹ Nesse sentido, o supereu promove, ao mesmo tempo, a renúncia e a exigência do gozo: “Ou seja, o supereu iria contra a tendência à satisfação do desejo fundamental, mas também o incitaria” (CORDEIRO e BASTOS, 2011, p.445).

incorreto enquanto postura de enfrentamento e resistência a algum discurso, ou fenômeno específico. Lembremos a fala de Olavo de Carvalho em vídeo compartilhado por Jair Bolsonaro nas redes sociais, na qual afirma que o politicamente correto estipula um método de punição para aqueles que o violam, e que o seu resultado é a promoção do “medo de dizer as coisas como você as vê, você reprime a sua visão” (SOARES, 2020).

Pode-se pensar que a liberdade de expressão é enfatizada, entre outros motivos, pela possibilidade de expressar e reafirmar concepções que são reprimidas ou deslegitimadas por outras instâncias. Nesse ponto, devemos nos perguntar: quais conteúdos considerados politicamente incorretos devem ser livres para pronúnciação? Quais instâncias sociais regulam essa proibição do discurso politicamente incorreto? Retomemos o discurso de posse do atual presidente da República: “e me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto” (BRÍGIDIO e GULINO, 2019). Penso que a expressão “inversão de valores” aqui seja essencial para o presente trabalho. Em diversas declarações do presidente e de seus apoiadores há um apelo pelo enfrentamento à ideologia de gênero, durante a campanha eleitoral ficaram famosas as declarações de que havia no ensino brasileiro um “kit gay”, fazendo alusão a uma campanha do Ministério da Educação que visava a produção de “materiais educacionais que promovam valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” (FIGUEIREDO, 2018). Sobre o intitulado “Kit gay”, Bolsonaro comentou: “não se aprende nada na escola, é filme de menino se beijando, filme de menina se acariciando. [...] a escola é para aprender matemática, química, física, e não sexo.” (FIGUEIREDO, 2018). Percebe-se que parte dos conteúdos que são supostamente vedados ou anulados pelo politicamente correto é da ordem de valores sociais, e que, na compreensão do movimento político conservador, a deturpação política de tais valores se dá pela ideologia, pelo socialismo ou mesmo pelo comunismo. Observando esse contexto a partir da concepção lacaniana do supereu, podemos pensar que o discurso da liberdade de expressão parece revelar uma busca pela transgressão de uma lei que foi estabelecida. Cordeiro e Bastos (2011) nos evidenciaram um supereu que exige “loucamente que se goze daquilo que é proibido desde sempre” (p. 450).

A resposta à segunda pergunta que foi levantada anteriormente – sobre quais instâncias sociais regulam essa proibição do discurso politicamente incorreto – levará o conhecimento científico para o centro do debate. Ora, grande parte das ideias que representam a inversão de valores enfatizada por Jair Bolsonaro, além de serem pautas de um discurso progressista que naturalmente seria colocado como adversário político, é temática que engloba o amplo debate das ciências sociais. No ambiente acadêmico há uma série de reflexões que visam à

compreensão de fenômenos sociais e psicológicos que são sensíveis perante o movimento conservador, entre os quais: sexualidade; questões relativas a gênero; racismo e outras práticas discriminatórias; fenômenos relativos à segurança pública, como a política de drogas e a violência policial. Em relação ao papel central do conhecimento científico no debate dessas temáticas, pôde-se perceber que há uma tendência – do Governo Federal e dos movimentos políticos que o apoiam – a deslegitimar os campos das ciências humanas e sociais. Tome-se memória de algumas falas públicas do presidente e de integrantes do governo: Jair Bolsonaro disse que o Ministério da Educação deveria “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”. Abraham Weintraub, então ministro da Educação afirmou: “não sou contra estudar filosofia, gosto de estudar filosofia. Mas imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?” (ISTO É DINHEIRO, 2019).

Lembremos que o embate do movimento conservador com o meio acadêmico se dá pela preocupação que este seja dotado de grande carga ideológica: “um dos maiores males atuais é a forte doutrinação” (PLANO DE GOVERNO, p. 46). Desse modo, podemos pensar que, aos olhos do movimento conservador, o conhecimento científico parece funcionar como um operador de controle, promotor de uma espécie de nova lei que regulamenta os corpos, os afetos, a sexualidade, e que interfere na constituição dos valores morais – elemento de importância central para o movimento conservador. No que se refere à liberdade de expressão e sua inclinação ao politicamente incorreto, podemos pensá-la enquanto atitude de transgressão desse ordenamento, que é progressista e também científico. O supereu parece operar nesse contexto como incitador do gozo proveniente da transgressão à lei, promovendo o enfrentamento e disrupção dos elementos da realidade que visam reprimir os instintos dos sujeitos (LACAN, 1953-54/1986).

3.4 As massas e o negacionismo científico: o vínculo afetivo por trás do movimento de negação à ciência

Se por um lado a possibilidade de dizer o que pensa – desconsiderando parâmetros científicos, aventando teorias de conspiração e compartilhando notícias falsas – introduz uma dimensão transgressora da lei, por outro, observa-se que, no mesmo discurso político, há uma provocação constante para que os indivíduos se sujeitem a outros padrões de conduta. Nos discursos do movimento político de Jair Bolsonaro não há a procura por uma espécie de anarquia, mas a valorização de uma prática regulatória específica que terá, no discurso religioso

e no ideal empreendido pela liderança política do presidente, importantes fundamentos. Sobre este último aspecto, a *Psicologia das Massas e Análise do Eu* proposta por Freud (1921/2011) tem muito a nos dizer.

Aqui podemos analisar a figura do atual presidente sob a perspectiva do líder das massas, tal como tratado por Freud (1921/2011). O autor argumenta que, por meio das identificações, ou de ligações afetivas que caracterizam o enamoramento, o objeto que é destino dos investimentos libidinais é “colocado no lugar do Eu ou do ideal do Eu” (p. 56). Dessa maneira, a figura do líder passa a ocupar um lugar de referência para o sujeito. Freud (1921/2011) afirma que a ligação afetiva com o líder pode conter uma dimensão de superestimação sexual, ou seja, passa “a gozar de uma certa isenção de crítica, de todos os seus atributos serem mais valorizados que os de pessoas não amadas” (p. 56). Partindo das reflexões de Freud (1921/2011), pode-se pensar a figura do presidente Jair Bolsonaro como líder que, pelo lugar simbólico que ocupa, possibilita o vínculo afetivo entre os membros da massa. Conseqüentemente, seu comportamento e as pautas que lhe são mais caras irão compor, de alguma maneira, as características que nortearão o ideal do Eu dos membros da massa; nesse momento, temos acesso à forma com que os ideais do negacionismo científico ganham sua expressão no movimento político conservador. A postura combativa do presidente diante do *establishment* e do politicamente correto, juntamente com a busca por uma liberdade de expressão que desconsidera a ciência e a racionalidade enquanto fundamento de seu discurso são características do objeto que foi “colocado no lugar do Eu ou do ideal do Eu” (p. 56), e, conseqüentemente, são compartilhados entre os membros da massa.

Além das considerações a respeito do *ideal do Eu*, Freud (1921/2011) percebe que na massa o indivíduo passa a apresentar uma série de características que remetem à vida anímica primitiva, que segundo o autor são encontradas nos “selvagens e nas crianças” (p. 60), entre essas características estão “o enfraquecimento da aptidão intelectual, a desinibição da afetividade, a incapacidade de moderação e adiamento” (p. 60). Percebe-se que o empobrecimento das capacidades intelectuais é um fator comum às massas, a particularidade do contexto brasileiro é a maneira como essa dimensão contribui para o avanço do negacionismo científico. Ainda sobre elementos da vida primitiva dos indivíduos, pode-se destacar como a figura do presidente da República traz para si características do “pai primordial da horda primeva” (p. 67), mais precisamente, de sua imagem divinizada pela sociedade totêmica. Vejamos sua fala quando questionado por apoiadores a respeito de seu estado de saúde: “fique tranquilo. Já falei que sou imorrível, imbrochável e também sou incomível” (WERNECK, 2021). Também podemos elencar como esse caráter onipotente do pai primordial

é semelhante à concepção de Eu ideal que o sujeito possui de si mediante o narcisismo primário. Interessante notar que a satisfação que o sujeito vivencia pelo *Eu ideal* pode ser novamente manifestada por meio do *ideal do Eu*, aqui encarnado na imagem do líder (FREUD, 1914/2010).

As relações afetivas que promovem as formações das massas também permitem a compreensão da recorrente aversão aos indivíduos e até mesmo às ideias que não compõem o grupo. Sobre isso, Freud (1921/2011) percebe que nas identificações o objeto a que se destina o investimento é introjetado no próprio Eu; logo, qualquer movimento de crítica a este objeto que se torna *Ideal do Eu* é entendido como um ataque ao próprio Eu. Segundo o autor, a manifestação de ódio direcionada ao outro parte de uma “expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si” (p. 44). Observando o contexto brasileiro, não só os adversários políticos são alvos fixos desse ódio que parte do movimento conservador, mas também setores da imprensa, do ambiente artístico, da ciência, ou de qualquer outro agente que critique ou que valorize aspectos que para eles representam inversões de valores. Sob a luz dos afetos envolvidos na massa, podemos compreender o ódio destinado ao ambiente acadêmico como uma das facetas do negacionismo científico que daí pode ser apreendido.

Entre os fenômenos que em nosso ponto de vista compõem o negacionismo científico contemporâneo, falta-nos a análise do papel exercido por setores religiosos. Sobre o papel da religião no conjunto dos movimentos conservadores, já observamos como líderes de importantes setores evangélicos do país estão alinhados ao discurso do presidente da República, e como partidos políticos de viés evangélico dão sustentação ao governo (MACIEL e outros, 2020; AMANCIO e outros, 2020).

As pautas morais parecem exercer importante elo entre o discurso religioso e o discurso político; desse diálogo podemos destacar a figura do "cidadão de bem", categoria citada com frequência por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, e que faz juz ao indivíduo que segue princípios conservadores. A moral religiosa, que regulamenta – em certa medida – o comportamento dos indivíduos, compõe a consciência moral da qual Freud (1914/2010) faz referência ao discutir a formação do ideal do Eu. Essa consciência moral é incorporada ao sujeito primeiramente pela interpelação da família, e posteriormente se dá pelas instâncias culturais em “um processo que é repetido quando nasce uma tendência à repressão a partir de uma proibição ou um obstáculo primeiramente externo” (FREUD, 1914/2010, p. 29). Sobre isso, podemos pensar que a valorização do cumprimento aos preceitos morais religiosos revela uma dimensão disciplinar e repressora do discurso conservador.

Interessante notar que o mesmo movimento que promove a transgressão da lei, e por meio desse processo dá acesso a um tipo específico de acesso ao gozo (LACAN, 1953-

54/1986), valoriza em seu discurso a moralidade religiosa e seu caráter disciplinar. Estamos diante de um cenário em que diferentes maneiras de acesso ao gozo são possibilitadas aos sujeitos, mas que no nível do discurso pode revelar uma contradição: a busca por uma plena liberdade de ação e de expressão, ao mesmo tempo em que se assujeita à disciplina religiosa. Diante disso, penso que nosso trabalho seja evidenciar que um discurso contraditório, em sua dimensão lógica e argumentativa, indica o funcionamento de uma mesma busca pelo gozo, tanto pela transgressão como também pela repressão.

3.5 O que está sendo negado pelo discurso negacionista?

Realizada uma série de reflexões sobre as implicações subjetivas da pós-verdade e das formas de acesso ao gozo que são permeados pelo discurso político do negacionismo científico, passamos agora à investigação da forma com que o sujeito do inconsciente se relaciona com a realidade no contexto de negação da ciência. Diante do que exposto sobre o cenário brasileiro contemporâneo, caracterizado pela promoção de notícias falsas, de teorias de conspiração e da negação da racionalidade típica do conhecimento científico, infere-se que há uma tendência de questionamento ou mesmo de enfrentamento a elementos da realidade objetiva. Tal pensamento nos leva ao seguinte questionamento: afinal, o que o discurso negacionista nega?

Para respondermos a essa questão temos que entender como se dá a relação entre sujeito e realidade na literatura psicanalítica. As discussões oferecidas por Lagoas (2016) nos indicaram que, para a psicanálise, o desejo emerge como conceito essencial para compreensão da relação entre sujeito e realidade, e que por meio do investimento objetal na mãe, e posteriormente aos demais objetos, vai havendo uma gradual separação entre sujeito e o mundo exterior. Para pensarmos em uma espécie de negação da realidade, é necessário apurar na literatura psicanalítica se há alguma tendência do psiquismo a se distanciar ou mesmo negar a realidade objetiva, bem como de nos questionarmos quais elementos provocam uma demanda de afastamento da realidade.

Freud (1924/2011) demonstra que a clínica psicanalítica, ao abordar o sofrimento psíquico decorrente das neuroses e das psicoses, pôde compreender que em ambas as estruturas há um distanciamento da realidade. Para o autor, na neurose e na psicose não há somente a “perda da realidade, mas também de uma substituição da realidade” (p. 198). Com relação à neurose, Freud (1924/2011) indica que o resultado, mediante o recalque instintual, é o afastamento com algum aspecto da realidade. A neurose, em si, comenta o autor, caracteriza-se pela reação psíquica diante do recalque, entendido pela psicanálise como um meio de

“compensação para a parte prejudicada do Id” (p. 194). Já a psicose, mais do que uma fuga da realidade, apresenta como efeito a recusa dessa. O que se segue no psiquismo é um movimento de “criação de uma nova realidade” (FREUD, 1924/2011, p. 196), que se dá tanto pela modificação de representações como também da própria percepção. Sobre essas estruturas, Freud (1924/2011) identifica que em ambas há uma expressão de desprazer em relação à realidade, sobre a qual pode ser percebida uma “rebelia do Id contra o mundo externo” (p. 196), e que, a cada interpolação da realidade negada ou recalcada, o sujeito passa a vivenciar uma angústia.

Decerto, ao abordar o distanciamento e a negação da realidade presentes na neurose e na psicose, não pretendemos realizar algum diagnóstico clínico acerca do negacionismo, mas demonstrar que, sob a ótica psicanalítica, o mundo exterior pode conter um caráter provocativo de desprazer para o sujeito. A atribuição de uma natureza hostil e desprazerosa ao mundo exterior é entendida pela psicanálise como uma tendência primitiva do psiquismo, estando presente desde os primeiros momentos da constituição do sujeito (FREUD, 1930/2010). Segundo Freud (1930/2010), inicialmente, o bebê não estabelece diferenciação entre o Eu e o mundo exterior. De maneira gradativa a dicotomia entre bebê e mundo será estabelecida, e, para o autor, será por meio da relação com o objeto materno que se dará a delimitação entre o interno e o externo. Como vimos anteriormente no capítulo II, a satisfação proveniente da mãe possui uma dimensão de irregularidade, é um objeto que pode, ou não, estar presente para propiciar satisfação (PIMENTA, 2009). Sobre essa relação primitiva do bebê com a mãe, Freud (1930/2010) evidencia que a presença do objeto passa a depender de uma intervenção do sujeito na realidade: “é assim que ao Eu se contrapõe inicialmente um ‘objeto’, como algo que se acha ‘fora’ e somente através de uma ação particular é obrigado a aparecer” (p. 12).

Outro elemento provocativo para a diferenciação entre sujeito e mundo exterior se dá pela operação do princípio do prazer, que, na ânsia de buscar prazer e de evitar o desprazer, acaba por apartar do Eu tudo aquilo que lhe implica desprazer. Sobre isso, Freud (1930/2010) percebe que vai se “formando um puro Eu-de-prazer, ao qual se opõe um desconhecido, ameaçador ‘fora’” (p. 13). Aqui temos acesso novamente à concepção de Lagoas (2016), de que o sujeito do inconsciente se constitui “à deriva da realidade [...], sem nenhum lastro fora dos circuitos de prazer/satisfação que cria para si” (p. 94).

Em *A negação*, Freud (1925) comenta que o Eu-de-prazer faz equivaler a dimensão do desprazer à própria realidade exterior. Com o desenvolvimento, o Eu passa a relacionar-se com objetos externos, e o critério de satisfação que antes estava reduzido ao caráter interno – ao Eu-de-prazer – passa a ser a possibilidade de se reencontrar na própria realidade o objeto de

satisfação (FREUD, 1925/2011). Dessa forma, a perda do objeto pode ser compreendida como situação que incita a separação entre Eu e realidade, a perda é a “precondição para que se instaure o exame da realidade” (p. 253). Mas também a perda do objeto, a falta que daí resulta, é o que vai caracterizar a concepção de desejo na obra freudiana, isso em razão do desejo emergir da relação entre a insatisfação e a expectativa de satisfação (LAGOAS, 2016).

As referências psicanalíticas que acabamos de apresentar nos fazem pensar que a negação de partes da realidade exterior presentes no discurso do negacionismo científico parece demonstrar uma dimensão primitiva de funcionamento do psiquismo, no qual uma realidade externa ameaçadora ao Eu e provocadora de insatisfação tem de ser evitada, negada ou mesmo remodelada pelos sujeitos envolvidos nos movimentos de negação à ciência. Uma espécie de regressão ao Eu-de-prazer (1925/2011) pode ser observada no reiterado ataque a certos elementos hostis da realidade externa, atribuindo a eles a causalidade do sofrimento do próprio Eu, ou mesmo como fatores causadores de desordem da realidade externa. No cenário brasileiro contemporâneo, a concepção de que a ideologia corrompe o bom desenvolvimento da sociedade, de que a doutrinação desvirtua os indivíduos, e de que certos partidos, agentes políticos e setores da sociedade civil – como o mundo acadêmico – promovem a inversão de valores, são possíveis elementos do mundo exterior percebidos como fatores impeditivos da satisfação. Nesse sentido, pode-se pensar que a insatisfação do Eu tem sua gênese no outro, de forma que se torne necessária a negação ou mesmo a eliminação de tais elementos do mundo exterior.

A negação da realidade exterior também pode produzir efeitos para a dimensão do desejo. A partir da relação entre insatisfação e expectativa, que é característica do desejo, pode-se pensar o sujeito como um ser de falta. Para esse ser faltante, sobrevém o caráter de insatisfação, seja ela provocada por instintos internos ou por aspectos do mundo exterior. Sobre isso, Freud (1920/2010) argumenta que:

A maior parte do desprazer que sentimos é desprazer de percepção, seja percepção da presença de instintos insatisfeitos ou percepção externa, que é penosa em si ou que provoca expectativas desprazerosas no aparelho psíquico, sendo por ele reconhecida como “perigo”. (FREUD, 1920/2010, p. 125)

Ao levarmos em conta que a realidade externa é crucial para a constituição psíquica do desejo, mais especificamente no movimento do sujeito de procura do objeto de satisfação na realidade objetiva, é razoável supor que, ao negar a realidade, nega-se também a própria dimensão faltante do sujeito. Assim como na etapa primitiva do psiquismo, em que opera o Eu-de-prazer, a negação da realidade supõe que no Eu não há desprazer, logo, nega-se de forma

simultânea a falta que constitui o sujeito e a exigência, colocada pelo princípio de realidade, do aparelho psíquico em desenvolver formas de sustentar a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do negacionismo científico na realidade brasileira está inserido em um cenário de movimento político, o que confere a esse fenômeno uma série de peculiaridades e complexidades. De certa forma, a realização deste trabalho revela um duplo objetivo. O primeiro, de cunho teórico e prático, visa contribuir para o entendimento do fenômeno da negação da ciência sob a perspectiva psicológica, e dessa maneira compartilhar com a própria ciência as articulações aqui realizadas.

O segundo objetivo parte de uma demanda que é ao mesmo tempo social e particular deste que vos escreve. Explico, as implicações do discurso negacionista se materializam na realidade social, talvez o maior expoente desse fenômeno seja a condução da pandemia do novo Coronavírus, cujas consequências em número de mortes humanas ainda não são quantificáveis. Do ponto de vista da comunidade científica, em especial do contexto acadêmico, há uma campanha constante para deslegitimação de seu saber, assim como reduções significativas de seu aporte financeiro. Desse modo, o pesquisador é afetado por estes dois aspectos, a saber: as implicações sociais do negacionismo na realidade objetiva, dada a impossibilidade de descontextualização do pesquisador em meio a este fenômeno contemporâneo; a necessidade de repensar o lugar do conhecimento científico diante desse contexto que o ameaça, observando a relação do sujeito e da sociedade com a ciência, bem como as implicações psicossociais do saber científico.

Do ponto de vista da contribuição científica, o presente estudo fornece a possibilidade de pensarmos o negacionismo a partir das repercussões desse fenômeno para o sujeito e para a subjetividade. Por meio da concepção do desejo no interior da psicanálise, pode-se compreender que há uma dimensão psíquica para a relação do sujeito com a realidade, uma relação que extrapola o contato com o empírico (LAGOAS, 2016). Lagoas (2016) argumenta que, para a psicanálise, a própria constituição do sujeito se dá "à deriva da realidade" (p. 94). Dessa maneira, a psicanálise poderá se ocupar dos efeitos de um discurso negacionista; mais do que analisar seu caráter lógico e argumentativo, pode-se pensar as dimensões do desejo, do gozo, dos afetos, das identificações, entre outras implicações subjetivas.

Especificamente sobre a dimensão do desejo, pôde-se perceber que o discurso do negacionismo científico pode representar a negação da própria realidade. Sob a perspectiva da literatura psicanalítica, podemos pensar o ato de negar elementos da realidade objetiva como expressão psíquica de negação da falta que constitui o sujeito e, conseqüentemente, a negação do próprio desejo.

O entendimento do contexto contemporâneo mostrou-se de grande relevância para as análises do discurso negacionista. Sobre isso, a concepção de Dunker (2017) acerca da pós-verdade trouxe clareza para a forma com que a subjetividade está imbricada na contemporaneidade. As reflexões do autor a respeito da “verdade contextual” (p. 9) e da “retórica icônica” (p. 17) presentes especialmente em ambiente virtual nos provoca a pensar como o negacionismo científico pode implicar inclusive nas interações subjetivas.

A partir das contribuições de Freud (1921/2011), é possível compreender a maneira como o vínculo afetivo da massa possibilita ao movimento conservador a identificação com o líder, e dele introjetar as características como Ideal do Eu. Dessa forma, podemos compreender o compartilhamento entre os indivíduos do caráter combativo e *anti-establishment*, o abandono da racionalidade e da fundamentação científica, e deles perceber a maneira como se configura a busca pelo gozo. A análise do movimento político também revela a dupla função de procura pelo gozo, seja pela transgressão da lei progressista e científica, como também do assujeitamento à disciplina religiosa, ambos os modos dizem respeito à imposição tirânica do supereu diante do Eu (LACAN, 1953-54/1986).

No decorrer do trabalho, foi possível perceber que o discurso do negacionismo científico é um fenômeno composto por variados elementos. Entre aqueles que identificamos e analisamos estão: a liberdade de expressão enquanto abandono da fundamentação lógica-científica; as teorias de conspiração; o compartilhamento de notícias falsas; o enfrentamento ao politicamente correto. Todos esses fenômenos demandam maior atenção e discussão, para cada um deve haver uma série de implicações subjetivas que não foram avançadas neste trabalho e que surgem como possibilidades para o campo da psicologia e demais áreas do saber.

Penso que o presente trabalho provoca a reflexão sobre o papel da ciência na atualidade, como essa é percebida pela sociedade e como deve ser seu posicionamento diante de um movimento de aversão e de deslegitimação de seu conhecimento. Por fim, este estudo se apresenta como uma contribuição para o diálogo entre psicanálise e ciência, tendo como aspecto central a perspectiva de compreensão da posição do sujeito e das implicações psíquicas decorrentes do discurso negacionista.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Contra “o feijão que cura” coronavírus e outras mentiras, profissionais de saúde cobram ação das gigantes da tecnologia. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-12/contra-o-feijao-que-cura-coronavirus-e-outras-mentiras-profissionais-de-saude-cobram-acao-das-gigantes-da-tecnologia.html>> Acesso em: 17 de mai. 2021.

AMANCIO, Nelly Luna. VELÁZQUEZ, Kennia. ZIEGLER, Gloria. DIP, Andrea. CORREIA Mariana. Poderes impuros. **Pública**, 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/06/poderes-impuros/>> Acesso em: 30 de mar. 2021.

AMORIM, Douglas. Vídeo: pastor do Ceará diz que vacina Coronavac tem HIV e causa câncer. **Metrópoles**, 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/video-pastor-do-ceara-diz-que-vacina-coronavac-tem-hiv-e-causa-cancer>> Acesso em: 28 de abril. 2021.

ASSÉ, Ralph. Justiça ordena que governo informe se sementes de feijão do pastor Valdemiro Santiago curam COVID-19. **Estado de Minas**, 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/10/28/interna_nacional,1199159/justica-sementes-de-feijao-pastor-valdemiro-santiago-curam-covid-19.shtml> Acesso em: 20 de abril. 2021.

BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBC**, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>> Acesso em: 02 de mai. 2021.

BIAZIN, Rafael dos Reis; KESSLER, Carlos Henrique. Psicanálise e ciência: a equação dos sujeitos. **Psicologia USP**, v. 28 n. 3 p. 414-423, 2017.

BRÍGIDIO, Carolina. GULINO, Daniel. 'Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto', diz Bolsonaro. **O globo**, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/vamos-libertar-povo-do-socialismo-do-politicamente-correto-diz-bolsonaro-23339518.2019>> Acesso em 18 de abril. 2021.

BRITO, Ricardo. Na contramão de Queiroga, Bolsonaro se diz feliz por protestos contra isolamento. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/reuters/2021/03/17/na-contramao-de-queiroga-bolsonaro-se-diz-feliz-por-protestos-contrainisolamento.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em: 19 de abril. 2021.

CALAZANS, Roberto. Psicanálise e ciência. *Ágora*, v. 9, n. 2, p. 273-283, 2006.

CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, 2020.

CASTRO, Julio Cesar Lemes de. O inconsciente como linguagem: de Freud a Lacan. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 7. n. 1, julho de 2009.

_____. Das massas às redes: comunicação e mobilização política. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI, Jeder; ROXO, Marcos (orgs.). **Reinvenção comunicacional**

da política: modos de habitar e desabitar o século XXI. Salvador (BA), EDUFBA/Brasília (DF): Compós, 2016. p. 149-166.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CHINAZZO, Susana Salette Raymundo. **Epistemologia das ciências sociais**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

CORACCINI, Raphael. OMS: Hidroxicloroquina não funciona contra Covid-19 e pode causar efeito adverso. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/02/oms-cloroquina-nao-funciona-contr-a-covid-19-e-pode-causar-efeitos-adversos>> Acesso em: 04 de abril. 2021.

CORDEIRO, Naiara Moura Lopes; BASTOS, Angélica. O supereu: imperativo de gozo e voz. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 439-457, 2011.

DEBIEUX, Miriam Rosa. O não-dito familiar e a transmissão da história. *Psychê*, São Paulo, v. 5 n. 8, p. 123-137, 2001.

DESIDERI, Lenardo, 2021. Papa Francisco se calou sobre a legalização do aborto na Argentina?. **Gazeta do Povo**, 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/papa-francisco-se-calou-sobre-legalizacao-do-aborto/>> Acesso em: 18 de abril. 2021.

DINIZ, Débora. 2007. Aborto e saúde pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 1992-1993, set, 2007.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão. FUKS, Julián; TIBURI, Marcia; SAFATLE, Vladimir (Orgs). **Ética e pós-verdade**. Dublinense, edição Kindle, 2017, Cap. 1, p. 3-27.

ESCOBAR, Herton. Orçamento 2021 condena ciência brasileira a "estado vegetativo". **Jornal da USP**, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/orcamento-2021-coloca-ciencia-brasileira-em-estado-vegetativo/>> Acesso em: 10 de mai. 2021.

FAGUNDES, Murilo. Bolsonaro diz que não tomará vacina contra covid-19: “É ponto final”. **Poder 360**, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-contr-a-covid-19-e-ponto-final/>> Acesso em: 26 de abril. 2021.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. PGR apura se ministra Damares tentou impedir aborto de menina de 10 anos no ES. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/09/pgr-apura-se-ministra-damares-tentou-impedir-aborto-de-menina-de-10-anos-no-es.ghtml>> Acesso em: 15 de abril. 2021.

FERREIRA, Maria Cristina. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon*, Porto Alegre. v.24, n. 48, 2010.

FIGUEIREDO, Patrícia. Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou ‘kit gay’. **EL PAÍS**, 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html> Acesso em 15 de abril. 2021.

FORTES, Isabel; CUNHA, Eduardo Leal. Alucinação e delírio na obra de Freud: produção de desejo. **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 26, p. 145-158, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 8ª Edição. Graal, 1979.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. WMF Martins Fontes, 1975-1976.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANÇÓIA, Carla Regina. O simbólico e a clínica psicanalítica: o início da teoria lacaniana. **Revista AdVerbum**, Limeira, v. 2. n. 1, p. 87-101, jan/jun de 2007.

FREUD, Sigmund (1920). Além do princípio do prazer. Obras Completas, volume 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 120-178.

_____. (1914). Introdução ao narcisismo. Obras Completas, volume 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 09-37.

_____. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. Obras completas, volume 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 09-100.

_____. (1923). O Eu e o Id. Obras Completas, volume 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 09-64.

_____. (1924). A perda da realidade na neurose e na psicose. Obras Completas, volume 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 193-199.

_____. (1925). A negação. Obras Completas, volume 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 249-155.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. Obras Completas, volume 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 09-188.

G1. Bolsonaro volta a falar em 'histeria' e diz que ações de governadores sobre isolamento prejudicam a economia. **G1**, 2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/17/bolsonaro-volta-a-falar-em-histeria-e-diz-que-aco-es-de-governadores-sobre-isolamento-prejudicam-a-economia.ghtml>> Acesso em: 04 de mai. 2021.

G1. Menina de 10 anos estuprada pelo tio no Espírito Santo tem gravidez interrompida. **G1**, 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/parana/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml>>. Acesso em: 15 de abril. 2021.

GARCIA, Rafael. 7% dos brasileiros afirmam que Terra é plana, mostra pesquisa: Crença é maior entre menos escolarizados e cristãos e cresce com redes sociais. **Folha**, 2019 Disponível

em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/7-dos-brasileiros-afirmam-que-terra-e-plana-mostra-pesquisa.shtml>> Acesso em: 05 de mai. 2020

GERMANO, Marcelo Gomes; PINTO, José Antônio Ferreira. Ciência e religião: conflito silencioso, debate silenciado. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia e Pós-Verdade: a emergência da subjetividade digital. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 19-34, jul./dez. 2018.

GULLINO, Daniel. Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac. **O Globo**, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568>> Acesso em: 31 de mar. 2021.

HARRISON, Peter. Ciência” e “Religião”: construindo os limites. **Revista de Estudos da Religião**, v. 7, n. 1, p. 1-33, 2007.

HENRY, Paul (1969). Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. Cap. 1, p. 11-38.

HOMERO, Valquíria. Sem provas, Bolsonaro volta a falar de fraude nas eleições dos EUA. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/sem-provas-bolsonaro-volta-a-falar-de-fraude-nas-eleicoes-dos-eua/>> Acesso em 15 de mai. 2021.

ILLICH, Ivan. **Nêmesis da medicina**: a expropriação da saúde. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

ISTOÉ DINHEIRO. Bolsonaro diz que MEC estuda tirar dinheiro de áreas de humanas. **ISTOÉ DINHEIRO**, 2019. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-tirar-dinheiro-de-areas-de-humanas/>> Acesso em: 22 de abril. 2021.

JACOB, François. **O jogo dos possíveis**: ensaio sobre a diversidade do mundo vivo. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

JAPIASSU, Hilton. **A revolução científica moderna**: de Galileu a Newton. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

JUCÁ, Beatriz. Cortar recursos da ciência é permitir que o futuro de crianças pobres, como eu fui, fique para trás. **El País**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/09/politica/1557356059_353750.html> Acesso em: 05 de mai. 2021.

KAKU, Michio. **A Física do futuro**: como a ciência moldará o destino humano e o nosso cotidiano em 2100. Rio de Janeiro: Rocco, 2012

LACAN, Jacques (1959-60). **Seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

_____. (1953-54). **O Seminário, Livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1986.

_____. (1966). A ciência e a verdade. In: **Escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998

LAGOAS, Juliano Moreira. O problema da percepção na psicanálise de Freud a Lacan. 2016. 193f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Programa de Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, 2016.

LEITE, José Correa. Controvérsias científicas ou negação da ciência? A agnotologia e a ciência do clima. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 179-189, 2014.

LIS, Laís. Bolsonaro diz que divulgação de dados sobre desmatamento prejudica o Brasil. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/21/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-sobre-desmatamento-prejudica-o-brasil.ghtml>> Acesso em: 15 de mai. 2021.

LUZ, Madel Therezinha. **Natural, social, racional: razão médica e racionalidade moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz: Edições Livres, 2019.

MACÁRIO, Carol; RÔMANY, Ítalo; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Na ONU, Bolsonaro cita dados falsos sobre pandemia e meio ambiente. **Revista Piauí**, 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/22/bolsonaro-onu-2020/>> Acesso em: 14 de mai. 2021.

MACIEL, Alice. DIP, Andrea. RIBEIRO, Raphaela. Megaigrejas continuam abertas e dizem que fé cura coronavírus. **Pública**, 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/megaigrejas-continuam-abertas-e-dizem-que-fe-cura-coronavirus/>> Acesso em: 10 de mai. 2021.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MARRA, Renan. Brasil não é o único país a registrar protestos contra isolamento social: EUA, Canadá e Israel também tiveram manifestações pela abertura de empresas e estabelecimentos comerciais. **Folha**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/brasil-nao-e-o-unico-pais-a-registrar-protestos-contr-isolamento-social.shtml>> Acesso em: 07 de mai. 2021.

MARTINS, Humberto. Bolsonaro publica supostas diretrizes da OMS sobre masturbação infantil: mais uma vez, presidente citou números sem declarar a fonte. **Correio Braziliense**, 2020 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/29/interna_politica,849854/bolsonaro-publica-supostas-diretrizes-da-oms-sobre-masturbacao-infanti.shtml> Acesso em: 07 de mai. 2021

MENDONÇA, Ana. "Não recomendo nada", diz Bolsonaro sobre uso da hidroxicloroquina. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna_politica,8726>

35/nao-recomendo-diz-bolsonaro-sobre-tratar-covid19-com-hidroxicloroquina.shtml> Acesso em: 15 de abril. 2021.

MORAES, Gabriel. Marco Feliciano afirma que evangélicos não deixarão de apoiar Bolsonaro. **O Tempo**, 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/marco-feliciano-afirma-que-evangelicos-nao-deixarao-de-apoiar-bolsonaro-1.2395718>> Acesso em: 05 de mai. 2021.

NÃO recomenda? 6 vezes que Bolsonaro defendeu uso da cloroquina. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna_politica,872688/nao-recomenda-6-vezes-que-bolsonaro-defendeu-uso-da-cloroquina.shtml> Acesso em: 20 de abril. 2021.

OLIVA, Alberto. Filosofia da ciência. 3. ed. Rio de Janeiro :Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Regiane. À margem de ideologias, a realidade dos cientistas que tiveram projetos congelados no Brasil. **El País**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/01/politica/1556673723_670461.html> Acesso em: 05 de mai. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 42, p. 21-40, 2002.

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

OTTA, Lu Aiko. Sem máscara, Bolsonaro vai à igreja e prega contra medidas de isolamento social. **Valor Econômico**, 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/10/sem-mascara-bolsonaro-vai-igreja-e-prega-contramedidas-de-isolamento-social.ghtml>> Acesso em: 20 de abril. 2021.

PAIVA, Letícia. Governo Bolsonaro tem intenção de vedar remoção de posts por redes sociais. **JOTA**, 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/governo-bolsonaro-tem-intencao-de-vedar-remocao-de-posts-por-redes-sociais-07052021>> Acesso em 12 de mai. 2021.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. Cap. 4, p. 159-250.

PENA, Breno Ferreira; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Máris Campos. O supereu em Freud e Lacan: da moralidade à amoralidade, uma gula estrutural. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 37-56, mar. 2020.

PIMENTA, Cristiano Alves. **Das Ding**: a revolução do real em Lacan. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, 2009.

PIRES, Breiller. Ciência brasileira sofre com cortes de verbas e encara cenário dramático para pesquisas em 2021. **El País**, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-31/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021.html>> Acesso em: 08 de mai. 2021.

PLANO DE GOVERNO. O caminho da prosperidade: proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>> Acesso em: 25 de abril. 2021.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, n. 63. p. 179-201, 2004.

PRADO, Danda. **O que é aborto**. São Paulo: Brasiliense. Edição do Kindle, 2017.

PRAZERES, Leandro. Procurador de direitos humanos diz que OMS é comandada por 'serviçal da ditadura comunista da China'. **O Globo**, 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/procurador-de-direitos-humanos-diz-que-oms-comandada-por-servical-da-ditadura-comunista-da-china-24329943>> Acesso em 25 de abril. 2021.

RENAUT, Alain. **O indivíduo**: Reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

RIBEIRO, Marcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas: dos sites de notícias falsas às mídias hiper-partidárias. **SUR 27**, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

RINALDI, Doris. Psicologia das massas, mais ainda: fraternidade, ódio e segregação. **Trivium- Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. SPE, p. 56-62, 2021.

SAFATLE, Vladimir. Introdução a Jacques Lacan. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Companhia de bolso, 2006.

SALES, Léa Silveira. O valor epistemológico do diálogo de Jacques Lacan com o estruturalismo. **Psychê**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 39-58, jun. 2003.

SANKIEVICZ, Alexandre. **Liberdade de Expressão e Pluralismo**: Perspectivas de Regulação. São Paulo, Saraiva, 2011.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, E-book, 2018.

SCHUCH, Matheus, 2020. Bolsonaro volta a criticar OMS e diz que entidade “não acerta nada”. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/06/18/bolsonaro-volta-a-criticar-oms-e-diz-que-entidade-nao-acerta-nada.ghtml>> Acesso em: 10 de mai. 2021.

SILVA, José Mario Galdino da. **Religião cristã e ciência moderna**: uma análise comparativa dos discursos nas obras *Os fundamentos*, organizada por A. R. Torrey, e *Religião e ciência* de Bertrand Russel. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade

Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2014.

SILVA, Sandra. Teorias da conspiração: sedução e resistência a partir da literacia mediática. 2010. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade do Porto, Porto, 2010.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro posta crítica de Olavo Carvalho ao "politicamente correto". **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/18/interna_politica,855993/bolsonaro-posta-critica-de-olavo-carvalho-ao-politicamente-correto.shtml. 2020> Acesso em 16 de mai. 2021.

SOUZA, Vinicius José de Lima; NEVES, Tiago Iwasawa. A potência política do real. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 7-30, 2019.

TEÓLIFO, Sarah. Juíza atende MPF e manda suspender campanha 'O Brasil Não Pode Parar'. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/28/interna_politica,840912/juiza-atende-mpf-e-manda-suspender-campanha-o-brasil-nao-pode-parar.shtml> Acesso em: 14 de abril. 2021.

VASCONCELLOS, Jorge. Depois do Twitter, Facebook também apaga postagem de Bolsonaro. **Correio Braziliense**, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/30/interna_politica,841314/depois-do-twitter-facebook-tambem-apaga-postagem-de-bolsonaro.shtml> Acesso em: 02 de abril. 2021.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto; CASTIEL, Luis David; GRIEP, Rosane Härter. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 607-616, 2015.

VICENZI, Eduardo. Psicanálise e linguística estrutural: as relações entre as concepções de linguagem e de significação de Saussure e Lacan. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 27-40, jan/jun, 2009.

VIEIRA, Marcos André. Da realidade ao real: Jacques Lacan e a realidade psíquica. **Pulsional. Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 174, p. 56-60, 2003.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro diz que Brasil pode sair da OMS: presidente fez críticas ao trabalho da organização na pandemia. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/bolsonaro-diz-que-brasil-pode-sair-da-oms>> Acesso em: 10 de mai. 2021.

WERNECK, Natasha: Sem máscara, Bolsonaro debocha: 'Sou imorrível, imbrochável e incomível'. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/17/interna_politica,1267383/sem-mascara-bolsonaro-debocha-sou-imorrivel-imbrochavel-e-incomivel.shtml> Acesso em 21 de mai. 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. (1996). O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7-38.

_____. **Bem-vindo ao deserto do real!** Sumarezinho: Boitempo Editorial, 2003.